CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 36 Julho – Setembro de 2009

Foto © Lusa

O Poder do Estado deve ser exercido, obedecendo a princípios éticos, e prevalecer em relação ao Poder Económico...

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Boletim Informativo da AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Cidadania e Defesa

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888 Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site - **www.aacdn.pt**

Ficha Técnica

Direcção
Joaquim Silveira Sérgio

Edição
Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Industrial, Lote 41 - D - 2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559 E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Nº 36 Julho – Setembro de 2009

Sumário

3 | Editorial

5 | Ministro da Defesa Nacional – Luís Amado

6 | Na Rota do Âmbar Báltico

14 | A Autoridade do Estado, na Guiné-Bissau

18 | Opções não dissociadas de Poder

24 | Quebrar o silêncio sobre o Comércio Ilegal de Armas
Uma perspectiva sem fronteiras

28 | Na Gávea da Nau – É chegado o tempo de Balanço

30 | Acontecimentos & Actualidades

34 | UmDeCadaVez (Vasco Novais Branco)

35 | X Congresso Nacional da AACDN

Capa – Pormenor do edifício do Lehman Brothers em Nova Iorque

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

Após as merecidas férias, num ano que foi pródigo em acontecimentos que nos afectaram a todos, encontramo-nos aptos a iniciar mais um ano de trabalho. Ano que no seu começo tem uma aliciante – a aliciante Eleições – com a particularidade de, em menos de um mês, sermos chamados a nos pronunciarmos sob dois aspectos: um, de natureza mais geral ou global, no que se refere à escolha do governo e à representação do País; e outro, de modo mais circunscrito, embora não menos importante, dada a proximidade com os cidadãos, para os órgãos do poder local.

Não nos cabendo, enquanto Associação, ser uma extensão *civilista* de qualquer partido, nem arauto de defesa ou, muito menos, bancada de oposição das decisões de política governativa e partidária, continuaremos a focalizar a nossa atenção para os aspectos, no seu espectro de diversidade, ligados à essência da defesa dos interesses e da independência do nosso País.

Ou seja, iremos e devemos continuar política e activamente atentos, mas suprapartidários, apesar de cada um dos auditores ter pontos de vista ou de abordagem que se aproximam mais de um ou outro partido do *décor* português. E têm-no salutarmente expresso nos seus artigos, divulgados por esta Revista, dentro do respeito que as instituições e as pessoas suas dirigentes nos devem merecer.

Devemos continuar a ajuizar, do modo mais independente possível, os factos. Não as pessoas, ainda que estas se encontrem por detrás desses factos e os seus comportamentos sejam deles, por vezes, indissociáveis.

O seguidismo – puro e simples – além de ser bafiento é amputativo das consciências. Quer se goste ou não das críticas, elas existem. E existem, não para demonstrar a superioridade de quem critica em relação a quem executa qualquer tarefa, independentemente da sua natureza – política ou não – mas para chamar a atenção para a possibilidade da existência de outros caminhos, de dificuldades, ou de outros factores que não teriam sido inicialmente contemplados e que poderão interferir na concretização assertiva dos objectivos propostos.

O Ser Humano é, em si, incompleto. E, fruto dessa incompletude, como tal, é insuficiente para poder, isoladamente, realizar a totalidade das suas aspirações, inclusive, a da sua própria sobrevivência – ponto fraco que, fruto de uma cogitada e vívida experiência, ele próprio rapidamente concluiu. Daí o necessitar de muitos outros – *pensantes e executantes* – como ele, o que lhe justifica a designação de um Ser Social. Sem a emergência da realidade social, no seu todo e nas suas diversas especificidades ou especialidades, a Humanidade, muito provavelmente, teria sucumbido ou, pelo menos, não teria chegado a este patamar de desenvolvimento, apesar dos muitos erros repetidamente cometidos.

O *Homo Sapiens Sapiens Politicus*, sendo um Ser Social no *intrinsecu* da sua existência, tem de ouvir e captar as realidades para poder decidir. Por outro lado, tem que ser um crítico de si próprio. Tal postura metodológica nunca deve ser considerada sinónima de insegurança,

bem pelo contrário. Só os políticos fracos, não só não admitem a crítica, como a tentam calar.
Mas criticar, também, nunca poderá dar azo a injúrias, a manobras politiqueiras e a insinuações torpes. Criticar é confrontar as decisões com os pontos fracos ou as não realizações delas consequentes. Confrontar não pode ser um jogo semasiológico nem de meias verdades. Caberá ao confronto a comprovação com alternativas.
Assim, é de se exigir aos políticos a discussão do que é de *política*. Cumpre-lhes apresentar os respectivos programas, justificá-los e confrontá-los com os demais. Espera-se também que os debates sejam vivos e razoavelmente esclarecedores. Que sejam úteis! Que não sirvam para justificar mais umas conversas de cantina de feira, cheias de ruído de fundo, de muitos atropelos, mas vazias de conteúdo.

Caro Colega, ainda que a conversa já vá longa e com um espírito partidariamente desapaixonado, permita-me que o relembre da preparação de mais um Congresso, cujo título é sugestivo: "Novos Equilíbrios – Sair da Crise".
Com base na análise dos pressupostos subjacentes à crise, que outros caminhos ou soluções se apresentam ao nosso País para poder encarar a sua viabilização com maior justiça, mais segurança e maior desenvolvimento?
Ou seja, muito claramente, o que é que fez, e ainda faz, perigar a estabilidade de Portugal? É que a crise, ainda que ribombasse nos nossos bolsos, não se tratou de um mero problema económico-financeiro desencadeado pelo desabar da especulação do mercado imobiliário norte-americano…
…Daí que espere que cada um dos colegas auditores dê o seu experiente e elucidativo contributo, neste que é um dos expoentes da vida desta Associação – o X Congresso. E, já agora, traga um amigo também.

Joaquim Silveira Sérgio

Ministros da Defesa Nacional dos Governos Constitucionais pós-25 de Abril

Luís Amado

(XVII Governo Constitucional)

Nome: Luís Filipe Marques Amado
Data de nascimento: 17 de Setembro de 1953
Naturalidade: Porto de Mós
Pai: Fernando Amado dos Santos
Mãe: Maria Preciosa Marques Amado
Estado Civil: Casado, com 2 filhos

O Dr. Luís Filipe Marques Amado, nascido em 17 de Setembro de 1953, em Porto de Mós, licenciou-se em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa. Do seu *curriculum* político, nas fileiras do Partido Socialista, constam cargos e funções de relevo que abarcam áreas diversas.

O Dr. Luís Amado foi Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Madeira e Deputado à Assembleia da República. Entre 1995 e 1997, no XIII Governo Constitucional, foi Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna; de 1997 a 1999, pelo mesmo Governo, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, cargo que continuou a exercer até Abril de 2002, com o XIV Governo Constitucional.

Entre 12 de Março de 2005 e 3 de Julho de 2006, o Dr. Luís Amado foi Ministro da Defesa Nacional do XVII Governo Constitucional, encabeçado pelo Primeiro-Ministro, o Eng.º José Sócrates. Desde 3 de Julho de 2006 até à actualidade é Ministro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Na sua carreira contam-se, ainda, as funções de Auditor do Tribunal de Contas e de Auditor dos Cursos de Defesa Nacional.

Principais medidas enquanto MDN

Apesar da sua breve passagem pelo Ministério da Defesa Nacional – menos de ano e meio –, o Dr. Luís Amado teve em mãos assuntos sensíveis e complexos. Numa altura marcada por desafios económicos, em que urgem a reestruturação e os programas de reequipamento e rearmamento das Forças Armadas e conhecendo-se a opinião pública de que são sempre mais aceitáveis os cortes orçamentais neste sector, a posição do Ministro da Defesa Nacional encontra-se seriamente condicionada.

Três meses depois de assumir a pasta da Defesa Nacional, o Dr. Luís Amado já tem uma visão geral sobre a sua tutela e as suas declarações aos órgãos de comunicação social deixam adivinhar as fortes pressões exercidas sobre o seu ministério.

Na Marinha, estando já assinados os contratos dos submarinos e o respectivo apoio logístico, o Ministro admitiu o avanço deste projecto, ainda que possa decorrer com alguns atrasos. No entanto, a racionalização pode obrigar ao cancelamento da substituição das fragatas João Belo. A modernização dos F-16 e a criação de uma segunda esquadra, na Força Aérea, foi também um programa que se manteve, mas, por outro lado, não chegaram os novos helicópteros de ataque para equipar o Grupo de Aviação Ligeira do Exército, pelo que o Ministro aconselhou a coordenação das operações entre os dois Ramos. Também não houve novos C-130J, pelo que teriam que ser modernizados os C-130H, até que possam ser substituídos – por volta do ano 2020. Na sequência da decisão tomada pelo seu antecessor, Dr. Paulo Portas, foi ainda formalizada a compra de novos aparelhos C-295M para substituir os 24 AVIOCAR da Força Aérea. As primeiras três aeronaves, das 12 encomendadas, foram entregues no primeiro semestre de 2009 e, depois de concluída a formação das tripulações, iniciarão a actividade operacional no segundo semestre deste mesmo ano.

O Ministro teve ainda em mãos as consequências do recém-extinto Serviço Militar Obrigatório e a necessária readaptação das Forças Armadas, sobretudo do Exército, à profissionalização, onde estavam em perspectiva condições mínimas de dignidade no tratamento dos novos soldados, desde as infra-estruturas para alojamento até às funções por eles desempenhadas, e que devem dar resposta às expectativas criadas pelas operações de recrutamento.

É de destacar, ainda, a sua primeira visita oficial ao estrangeiro, enquanto Ministro da Defesa Nacional, ao arquipélago de Cabo Verde, onde foram preparadas as bases de um novo programa de cooperação técnico-militar entre os Ministérios da Defesa de ambos os países.

Autor

O Tenente RC Paulo Moreira é licenciado em Português e Francês, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real. É Redactor do *Jornal do Exército* desde Setembro de 2007.

Na Rota do Âmbar Báltico[1]

Designado como "cronista voluntário do grupo", devido à ausência do habitual comentador destas viagens, coube-me a difícil tarefa de fazer o relato da viagem realizada pela AACDN entre os dias 21 e 30 de Julho, ao longo de quase mil quilómetros de estrada pela imensa planície báltica, bordejada de uma aprazível floresta boreal cultivada de bétulas, freixos, faias, carvalhos, pinheiros-silvestres e abetos, que tivemos o grato prazer de percorrer e contemplar.

O que fiz para escrever esta crónica, foi valer-me da minha fraca memória, dos guias e dos registos fotográficos que efectuei, porque imprudentemente não tomei nenhumas notas ao longo da viagem, porquanto o compromisso que assumi de relatar as impressões e os vários episódios que nela aconteceram só foi negociado à chegada a Lisboa.

Pelas falhas e alguma imprecisão no relato dos factos, peço humildemente as minhas desculpas.

Foi o que me possível reter de tantas sensações que consciente e inconscientemente registei na minha memória. A circunstância de escrever esta narração um mês depois da sua realização também complicou o rigor da crónica.

A viagem de nove dias previa no seu programa a visita a quatro países ribeirinhos ao Mar Báltico: a Lituânia, a Letónia, a Estónia e a Rússia, desígnio esse que foi cumprido na integra, e muito bem.

A partida de Lisboa ao raiar da aurora do dia 21 de Julho efectuou-se sem percalços e levou-nos até Frankfurt, onde fizemos uma longa escala naquele aeroporto demasiado asséptico e sem grandes atractivos para os passageiros em trânsito.

Assim pouparam-se os cartões de crédito e alguns dos participantes dormitaram, tentando refazer-se da madrugada imposta pela escassez de voos de continuidade da origem até ao destino.

Ao fim de um dia muito comprido chegámos finalmente a Vilnius, capital da Lituânia. Os relógios assinalavam as 19:00 horas locais, recolhemos a nossa bagagem e dirigimo-nos de imediato para o hotel situado na margem do Rio Neris.

A primeira impressão do país e da cidade foi agradável. Cidade arrumada, limpa, sem sinais aparentes de devastação, apesar das guerras, ocupações e destruições, com um perfil arquitectónico peculiar, onde é possível de relance encontrar quase todos os estilos arquitectónicos da Europa.

Porventura o barroco com as suas torres e cúpulas é o que se destaca mais de entre o plano medieval da cidade.

Após estarmos acomodados no hotel e porque os dias nesta latitude ainda são longos e claros, alguns de nós, depois do jantar, fizeram um primeiro reconhecimento da cidade.

A temperatura estava agradável e havia ainda muita gente na rua aproveitando a amenidade do fim de tarde, o que nos animou a percorrer algumas ruas do burgo. Porém, o regresso rápido ao hotel estava aprazado para celebrarmos o aniversário de uma participante.

Todo o grupo se reuniu no "Skybar" situado no 22.º piso do hotel, com uma magnífica vista panorâmica sobre a cidade. Ali, com alegria e em são convívio, comemorámos com champanhe e um bolo de aniversário a data do seu nascimento.

Ao começo do dia seguinte dedicámos algum tempo a efectuar uma visita panorâmica da cidade e a ver os seus principais monumentos debaixo de uma chuva miudinha que rapidamente se dissipou a meio da manhã.

A Igreja de S. Pedro e S. Paulo é o edifício barroco mais célebre de Vilnius, a qual foi visitada em 1993 pelo Papa João Paulo II. É um edifício em planta de cruz latina com cúpula, três naves e duas torres baixas.

O interior é decorado em estuque com milhares de figuras alegóricas a cenas bíblicas, mitológicas e da vida quotidiana. A nave central é de facto imponente na sua cor branca, onde as esculturas estão agrupadas em cenas narrativas e distribuídas pelas capelas das naves laterais.

Apesar do barroco exuberante da decoração, a imagem que retivemos do seu interior foi a leveza das figuras representativas de seres fantásticos e demoníacos, plantas e animais, corpos celestes, símbolos militares e litúrgicos.

À saída da igreja tivemos o grato prazer de encontrar, integrado num grupo excursionista espanhol, um padre português muito expansivo e orgulhoso da sua condição de sacerdote e concidadão da Lusitânia.

Depois de uma passagem rápida pela mais animada e importante rua de Vilnius, a "Gedimino prospectas", onde nos extremos se situam, respectivamente, o edifício moderno do Parlamento Nacional e a Catedral no mais puro estilo clássico e monumental. Nesta, destacam-se pela sua imponência as potentes colunas da fachada que se repetem nas paredes laterais e que estão adornadas com esculturas de vários santos.

Visitámos o interior da Catedral restituída ao culto católico em 1989, que é também de um rigoroso estilo clássico com enormes colunas de estilo dórico. A capela de S. Casimiro, em estilo barroco, é das mais bonitas das onze que existem no interior da catedral.

O campanário isolado do corpo da catedral destaca-se pela sua forma e semelhança a uma torre de um castelo.

A partir daqui explorámos a cidade a pé. Caminhámos ao longo das suas ruas medievais, observámos as casas das famílias nobres, dos dignitários e dos artesãos em estilo clássico e gótico e dirigimo-nos à rua da Universidade, depois de passarmos pelo Palácio Presidencial, de estilo classicista.

Pelo caminho aconteceu a inevitável visita ao Centro de Arte do Âmbar do Báltico. Aqui foi possível observar de forma original as distintas fases da formação do âmbar e a evolução da fauna do Báltico nos 50 milhões de anos atrás.

As explicações amavelmente dadas pelas guias do museu sobre os vários procedimentos do tratamento do âmbar, das suas propriedades benéficas e como

reconhecer o âmbar verdadeiro, foram momentos interessantes desta visita que terminou com a inevitável compra de colares, pulseiras e anéis, necessariamente originais, porque concretizada no museu e com certificado de garantia.

A Universidade fundada em 1579 é composta por doze edifícios que se desenvolvem à volta de treze pátios de diferentes formas e dimensões. Do que nos foi possível observar e visitar, destaco o Pátio Maior, o Pátio da Biblioteca, e o Pátio de Sarbievius onde se encontra a magnífica livraria "Littera" com abóbadas decoradas com frescos, que proporciona um ambiente muito acolhedor, onde todos se deliciaram a folhear guias e livros, admirar e comprar algumas recordações e peças de artesanato.

O Pátio Maior é porventura o mais simbólico da universidade, pois é onde se ergue a Igreja de S. João com a sua magnífica fachada barroca do séc. XVIII e o seu campanário mandados construir pelos Jesuítas. Embora o corpo do templo tenha sofrido várias modificações desde o início da sua construção em 1387 no estilo gótico com alguns sinais ainda visíveis, porém o que de facto sobressai do templo e da envolvente do pátio é o estilo barroco. Nele encontram-se os símbolos da Universidade, relacionados com a sua história e a sua actividade onde se entrelaçam elementos de vários estilos, como o renascentista, o barroco e o clássico.

Neste percurso pedonal destaco ainda pela sua elegância e beleza a Igreja de Santa Ana no estilo gótico tardio flamejante, toda construída em tijolos vermelhos de várias formas e tamanhos. A sua fachada é simétrica numa esbelta composição vertical, constituída por arcos e elegantes torres encimadas por cruzes.

Prosseguindo o nosso caminho e porque se aproximava a hora do almoço, dirigimo-nos à Rua Stikliu ao restaurante "Lokys" que significa Urso em lituano.

Encontrámos um ambiente agradável decorado com temas e artefactos de caça, uma comida saborosa e um serviço eficiente. Ao que soubemos, é um dos restaurantes mais antigos de Vilnius.

Após o almoço dirigimo-nos à praça do município dominada pelo edifício da Câmara, em estilo clássico de que se destaca pela sua beleza e imponência o pórtico de seis colunas dóricas e um frontão singular.

Continuámos o percurso pela Rua Ausros Vartu em direcção à "Porta Aurora" que é a única que resta da muralha medieval. Nesta rua é possível encontrar igrejas de três cultos. Uniatas, ortodoxos e católicos. Percorremos esta rua de forma apressada, porque tínhamos o autocarro à nossa espera para nos levar a Trakai.

Todavia, convirá referir que alguns terão voltado ao local para ver com mais cuidado a Igreja barroca de S. Casimiro, príncipe e protector da Lituânia, a Igreja da Santíssima Trindade, a Igreja Ortodoxa, a igreja de Santa Teresa e a Porta Aurora.

Esta última é um dos símbolos de Vilnius, um santuário católico muito conhecido e reconhecido por outras religiões.

Sobre esta porta situa-se a imagem de estilo renascentista da "Mãe Misericordiosa da Porta Aurora", de início do séc. XVII, considerada milagrosa e com muitos devotos em todo o mundo católico.

Partimos depois para Trakai que se situa a 28 quilómetros a oeste de Vilnius. Na Idade Média foi capital do Estado da Lituânia até 1323, ano em que foi transferida para Vilnius. A cidade situa-se numa pequena península entre três lagos.

O castelo, construído em tijolo vermelho durante os séculos XIV e XV, foi residência dos Duques da Lituânia, está situado numa ilha do lago Galvé. É uma fortaleza imponente dominada por uma grande torre com um portão de acesso ao pátio do palácio que se encontra no seu interior. Na actualidade funciona no edifício um museu de História.

Porque a paisagem e o cenário eram agradáveis, porque havia muitas tendas de artesanato e uma esplanada sobranceira ao lago propícia a uma agradável conversa; porque estava uma temperatura amena, o grupo resolveu permanecer descontraidamente no local até à

hora do regresso ao hotel em Vilnius.
À noite depois do jantar e no átrio do hotel procedeu-se à tradicional apresentação de cada um dos participantes para melhor conhecimento e relacionamento das pessoas do grupo.
A partida para a grande viagem de autocarro através das planícies e florestas com destino à primeira etapa em Riga foi às 08:30 horas da manhã.
Saída organizada e pontual com todos os participantes dentro do autocarro, rumámos a Siauliai, uma das zonas mais simbólicas da Lituânia.
A inquietante "Colina das Cruzes" é uma visão que provoca naturalmente uma reacção impressionável a qualquer visitante que não está preparado para imaginar a dimensão deste fenómeno de devoção. Os milhares de cruzes cravadas na colina, grandes e pequenas, de madeira e de ferro, mais ou menos elaboradas, adornadas com flores, laços, fotografias, inscrições e juras de amor, são hoje os símbolos de uma fé pagã e católica, do orgulho da resistência ao invasor, ou ocupante e da identidade nacional da Lituânia. São possivelmente mais de 40.000 cruzes num espaço de 4.600 m^2. É um lugar de culto e peregrinação em permanente visitação.
Reza a história que as primeiras cruzes começaram a ser colocadas durante o ano de 1831 como reacção ao regime czarista. Durante o regime soviético a colina foi arrasada quatro vezes, mas as cruzes ressurgiam de novo numa manifestação contra o usurpador.
Facto curioso foi o termos descoberto no meio de milhares de cruzes uma para nós especial, porque foi colocada por elementos da Força Aérea Portuguesa em visita que efectuaram ao local.
Prosseguimos a viagem em direcção à fronteira com a Letónia que cruzámos quase sem o pressentirmos, por serem os dois países membros da União Europeia.
Rumámos a Pilsrundale já na Letónia, o que nos obrigou a uma saída temporária da estrada E77, que seria uma das vias de penetração na imensidão do território balcânico. A finalidade deste desvio foi para visitarmos o "Palácio Rundale".
Esta é uma das muitas obras de Bartolomeo Rastrelli, génio do barroco italiano, de quem iremos ouvir falar com frequência ao longo desta viagem.
O "Palácio Rundale" é um monumento à ostentação aristocrática do séc. XVIII dos Duques de Curlandia e resultado de uma sucessão de conveniências, ou razões de Estado e intrigas de alcova que levaram a imperatriz Ana da Rússia a satisfazer a ambição do seu protegido em possuir uma residência digna da sua condição.
Foi assim que a imperatriz mandou Rastrelli à Curlândia para construir um palácio num novo estilo rococó com cerca de 138 divisões de que destacamos a escadaria principal, a sala dourada do trono e a sala branca de baile.
A restauração do palácio é recente, tendo sido acabada a sua fachada em 2001. É um palácio de linhas sóbrias, elegante, com uma envolvência de jardins bem cuidados e agradável. Após a visita, foi servido um almoço típico, mas sem história, nas dependências da cozinha do palácio.

Retomámos a E77 num trajecto em todo semelhante ao anterior, com destino a Riga, a maior das capitais bálticas, onde chegámos por volta das 18:00 horas.
Com a aproximação à cidade com cerca de 1 milhão de habitantes, localizada numa planície dividida pelo rio Daugava, a imagem mais característica de Riga é-nos dada pelas inúmeras igrejas com as suas altas e esguias torres reflectidas nas águas do seu amplo curso de água que desagua a uns 15 quilómetros, no sudoeste do Golfo de Riga.
A cidade recebeu o nome do afluente Riga que desembocava no rio Daugava. Assim, Riga converteu-se num porto importante durante a Idade Média, porque como um dos principais membros da Liga Hanseática[2] ocupava um lugar de destaque no comércio entre o Ocidente e o Leste.
Embora governada por vários povos como os polacos, suecos e russos, Riga esteve, nessa época, sempre no centro político, económico e cultural do Báltico.
A cidade de Riga sofreu grandes prejuízos em ambas as guerras mundiais. Foi ocupada pelos alemães desde 1941 até 1944.
Depois da II guerra, com a ocupação da Letónia, pelos Soviéticos, Riga converteu-se no centro nevrálgico da URSS no mar Báltico e na maior zona industrial de produção de motores, vagões, ciclomotores, rádios, centrais telefónicas*, robots* e computadores.
A cidade cresceu muito com a imigração dos países vizinhos, e alcançou rapidamente o estatuto de centro artístico que ainda hoje se mantém.
Após a independência em 1991, Riga voltou a adquirir o estatuto de capital da Letónia.
Uma vez acomodados num moderno hotel situado à margem do belíssimo parque "Vermanes dārzs", próximo dos Jardins do Canal da cidade, e logo após o jantar fomos todos explorar a cidade antiga, que começava a encher-se de gente nas ruas e esplanadas, adivinhando-se mais uma noite animada e cosmopolita, como veio a acontecer.
Foi fácil chegar à praça da catedral, lugar de grande

animação, cheio de esplanadas, música e muita gente usufruindo a claridade da noite e da temperatura amena. Permanecemos algum tempo naquele local saboreando a vivência da cidade; depois regressámos ao hotel por outros caminhos de que destacamos o que nos levou ao monumento à Liberdade tão querido do povo da Letónia.
O dia 24 de Julho foi inteiramente dedicado à cidade de Riga.
Após uma noite repousante, um adequado despertar e um pequeno-almoço revigorante, iniciámos no horário previsto o percurso de autocarro pela zona da cidade que na época própria seguiu as tendências modernas da arquitectura europeia.
O local, o ambiente, a simbologia do conjunto dos bairros onde existem muitas edificações "Arte Nova" e dada a sua importância e qualidade arquitectónica que dá um toque especial à cidade de Riga, justificaram a sua classificação, pela Unesco, em 1991, como Património da Humanidade.
Decididamente a Arte Nova conquistou o coração e o engenho criativo dos arquitectos de Riga. A simbologia clássica e os elementos mitológicos e vegetais começaram a aparecer naturalmente na decoração dos edifícios. O novo estilo terá seduzido os habitantes de Riga que aos poucos foram construindo uma renovada cidade nos finais do Séc. XIX e nas primeiras décadas do Séc. XX.
A variedade de estilos de cada obra arquitectónica foi porventura resultado da mentalidade das diversas nacionalidades e do gosto dos seus proprietários que aderiram à corrente e construíram edifícios com fachadas faustosas e com abundante decoração.
O resultado foram os bonitos edifícios públicos e privados que tivemos oportunidade de ver e apreciar e dos quais destaco: o Teatro Nacional; o Museu Estatal de Arte; a Casa da Ópera; a Câmara Municipal; a Universidade de Economia de Riga; a Casa dos Gatos e muitos outros edifícios que se distribuem pela Cidade Velha sem qualquer dissonância com os estilos românico, gótico e renascentista.
A "Rua Alberta" é todavia o mais notável conjunto de edifícios alinhados de Arte Nova, com uma decoração de fachadas atractivas, por vezes carregadas de símbolos que permite ter uma visão quase perfeita do estilo, e desfrutar a liberdade que oferece a fantasia desta corrente arquitectónica.
Depois desta interessante panorâmica sobre a cidade em estilo Arte Nova, descemos do autocarro junto à Estátua da Liberdade construída com donativos do povo, entre 1931-1935 e que é o símbolo do Amor à Pátria, da Liberdade e da Força do Espírito.
Este monumento tem uma altura de 42 metros com diferentes níveis onde assentam várias esculturas e painéis de relevos que mostram os heróis mitológicos e as imagens simbólicas da Pátria, como a Mãe Letónia, e as datas históricas da construção do país.
A imagem da Liberdade, personificada por uma figura feminina que nas suas mãos estendidas segura três estrelas de ouro que representam as três regiões da Letónia, remata o obelisco.
Na base do monumento, com a força de todo do seu simbolismo e nacionalismo, destacamos a inscrição: "Tëvzemei un Brïvibai" – "*Pela Pátria e Liberdade*".
A partir daqui iniciámos o nosso percurso a pé pela cidade antiga, caminhando pela Rua Kalku em direcção à Praça Livs, onde podemos observar alguns belos edifícios em estilo neo-gótico e outros de arte nova com figuras pitorescas como os gatos, ou cães colocados nos telhados ou balcões das casas.
Seguimos, depois, em direcção à Praça da Catedral que tem uma aparência de conjunto vulgar, dada a sua recente reconstrução, com a envolvente de edifícios públicos e a catedral, cujo início é de 1211, em estilo românico, prosseguindo sucessivamente a sua construção numa mistura de estilos gótico, barroco, clássico e até Arte Nova do inicio do Séc. XX. Destaco pela beleza o seu claustro com magnificas abóbadas góticas, e a porta principal em estilo românico, situada na fachada norte da catedral. O órgão profusamente decorado e de grande dimensão data dos séc. XVI – XVIII e é um dos maiores do mundo com os seus 6.500 tubos.
Fizemos uma passagem rápida pelo Castelo de Riga, um edifício dos séc. XVI-XVIII, hoje residência oficial do Presidente da República da Letónia.
A Igreja de São Pedro que é o edifício mais alto da "Cidade Velha" é também uma mistura de estilo gótico e barroco, mercê das sucessivas reconstruções iniciadas no séc. XIV.
Chegámos finalmente à Praça da Câmara Municipal, um dos locais mais interessantes e pitorescos de Riga. Porém, no caminho, e cumprindo o ditado "em Roma sê romano" tínhamos parado num café com garrafeira para provar o famoso "Bálsamo Negro de Riga".
Esta poção insidiosa tem uma graduação alcoólica de 45%, um sabor ácido, cor negra azeviche, e dizem os autóctones que "acalma os nervos, assenta o estômago e impede que se forme geada". Confesso que não apreciei nada esta beberagem. Imaginem que os locais a costumam misturar com café e vodka! É fácil de adivinhar o resultado....
A praça é um local que ao longo dos séculos sofreu várias alterações mercê de sucessivas destruições e reconstruções, em especial durante a última guerra mundial.
A iniciativa das primeiras construções coube à irmandade de comerciantes solteiros que no séc. XVII edificaram a "Casa das Capas Negras" ou das "Cabeças Negras" com uma fachada exuberante bem ao estilo do Maneirismo do Norte da Europa e que posteriormente adornaram com alegorias à Paz e ao Consenso; acrescentaram esculturas como a do deus Neptuno, e do deus Mercúrio, escudos de cidades e imagens como a de S. Jorge e S. Maurício seus patronos representados no escudo da "Irmandade dos Cabeças Negras". A última reconstrução aconteceu em 2001 para comemorar os 800 anos da cidade de Riga.
O edifício da Câmara Municipal no lado oposto da praça foi construído em 2002 em todo semelhante ao reconstruído no séc. XVIII e destruído durante a II Guerra.
Um edifício de arquitectura moderna, de gosto

discutível, fecha esta magnifica praça. Nele está alojado o Museu da Ocupação da Letónia.
Era chegada a hora do almoço e de regressar ao ponto de partida junto ao lindo Parque do Canal onde nos esperava o autocarro. Aqui pudemos admirar uma tradição curiosa dos jovens namorados desta cidade. Usam aloquetes ou cadeados – e, aqui, logo se gerou entre os auditores a "controvérsia norte/sul", sobre a forma correcta de verbalizar, em português, este utensílio - fechados nas guardas das pontes sobre os lagos, com juras de amor eterno, depois de lançarem as chaves para o lago. Eram centenas ou mesmo milhares deles, de todos os tamanhos e feitios a provar que o amor existe e está bem vivo no coração dos letões.
Começava a chover em Riga e dirigimo-nos para o restaurante "La Boheme" onde encontrámos um ambiente muito agradável e um bom serviço de cozinha a honrar a gastronomia da Letónia.
A tarde foi dedicada a rever a cidade velha, admirar com pormenor os edifícios mais notáveis de Arte Nova, entrar numa livraria, numa loja de objectos de âmbar, numa igreja ortodoxa na altura da oração, enfim, vaguear pelas ruas, saborear a calma de uma esplanada, escutar os sons para entender a vivência da cidade.
Regressámos ao hotel ao fim da tarde para um merecido repouso seguido de jantar e conversa amena com alguns dos nossos companheiros de viagem, que insistiram em deliciar-se com o "Bálsamo Negro de Riga" no bar do hotel. No dia seguinte teríamos uma alvorada e outro longo dia de viagem para chegarmos à cidade de Tallin pelo que, ir para a cama mais cedo, foi uma decisão unânime e acertada do grupo.
O percurso desse dia previa uma passagem pelo Parque Nacional de Gauja em direcção a Sigulda, pequena cidade situada a 53 quilómetros a Este de Riga. Percorremos um extenso vale muito arborizado e com bonitas paisagens até chegarmos às ruínas do Castelo de Turaida.
A envolvência deste castelo é um bonito parque com esculturas modernas espalhadas ao longo dos vários percursos pedestres, que nos levaram até à proximidade do castelo e da pequena igreja de Turaida.
O castelo construído em tijolo vermelho em 1214 e reconstruído no séc. XVIII depois de uma explosão do paiol, tem uma torre de 42 metros de altura, onde só subiram os mais audazes. Do cimo da torre desfruta-se uma magnífica panorâmica do vale de Gauja.
Neste local encontrámos um grupo numeroso de brasileiros que estavam fazendo o mesmo percurso de viagem e naturalmente exortámos a conversa e o afecto que estes encontros proporcionam.
Depois dirigimo-nos para o castelo de Sigulda, cujas ruínas visitámos. No novo castelo, de gosto duvidoso, dominando o sítio do anterior e um magnífico panorama do vale de Gauda, existe um restaurante Pilsmuiza, onde almoçámos.
Retomámos a estrada E67 que margina o Golfo de

Riga ao longo da costa da Letónia e da Estónia. Assim pudémos apreciar à distância a configuração e a tipologia do litoral báltico, algumas praias que nesta época do ano são muito procuradas pela população de ambos os países, e compreender como se desenvolve o povoamento turístico nestas paragens. Atravessámos a fronteira entre os dois países e, já na Estónia, seguimos na direcção da cidade de Parmu a caminho da capital Tallin[3].
O perfil da cidade de Tallin começou a aparecer no horizonte por volta das 18:00 horas, referenciada pelas muralhas da fortificação que envolvem a cidade baixa medieval e a "Colina Toompea" onde se situa a cidade alta, em que sobressaem as torres em agulha das suas igrejas, e telhados em escamas.
Porém, a rota a seguir era a do hotel que ficava situado no exterior da cidade velha, mas muito perto do centro. Depois de retemperados após um bom descanso e bem jantados, saímos para a rua, porque era sábado e queríamos conhecer e sentir o pulsar da noite nesta cidade.
Seguimos o movimento das pessoas porque nos faziam adivinhar que estávamos no bom caminho, que era a agitada Rua Viru.
Percorremos algumas das ruas mais animadas da cidade medieval até à Praça da Câmara Municipal.
Àquela hora da noite, os restaurantes, bares e lojas estavam cheias de gente alegre e jovem, porque é costume durante o verão haver sempre festividades e eventos que animam a principal praça medieval de Tallin.
Por ali ficámos, numa das muitas esplanadas da praça, em amena cavaqueira, saboreando a cerveja nacional e apreciando o animado movimento nocturno da praça.
No dia seguinte, após o pequeno-almoço no hotel iniciámos a visita à cidade de Tallin que começou por um curto passeio de autocarro circundando as muralhas da cidade medieval; aproximámo-nos do porto, onde acostavam enormes paquetes cheios de

turistas, e subimos à "Colina de Toompea" onde começámos a nossa visita a pé.
O sítio é dominado pela "Torre Herman" situada no topo do Castelo Toompea onde todos os dias é hasteada a Bandeira Nacional da Estónia com as três listas horizontais iguais, o azul no topo, o preto e o branco; pelo Palácio da Assembleia Nacional e pela catedral ortodoxa mandada construir nos finais do séc. XIX, pelo Czar da Rússia, Alexandre III, e dedicada a S. Alexander Nevsky, beato e herói nacional russo.
A catedral foi construída bem ao estilo russo das igrejas ortodoxas, soberbamente ornamentada com vitrais, ícones e murais de mosaico que decoram as abóbadas. Era domingo e tempo de oração e liturgia, que pudemos observar, dada a tolerância dos fiéis que aquela hora assistia ao cerimonial religioso. Mas de facto, turista... neste contexto, inquieta qualquer piedosa atitude de recolhimento de um crente.
Caminhámos depois ao longo das ruas interiores da colina de Toompea, observámos os vários edifícios de estilo barroco e clássico onde estão sediados o governo da Estónia, várias embaixadas de que destacamos a de Portugal e aproximámo-nos dos miradouros que nos oferecem as melhores vistas da cidade.
Descemos pela rua *Pikk jalg*, "perna longa", em direcção à parte baixa da cidade para chegarmos de novo à Praça Velha onde se situa a Câmara Municipal. Esta e outra rua, a *Luike jaig,* "perna curta", eram as ruas que ligavam a parte alta à parte baixa da cidade, razão por que se dizia que Tallin coxeava.
No interessante percurso que fizemos, visitámos a Igreja de São Nicolau, hoje transformada em museu, que foi durante séculos o principal templo fortificada dos mercadores da cidade baixa. O seu elegante campanário alto sobressai do contexto envolvente. No seu interior destaca-se o imponente altar mandado construir em 1482 onde aparece representado São Nicolau, padroeiro dos navegadores e comerciantes, e um barco decorado com os emblemas da Irmandade dos Cabeças Negras e do grande Grémio de Tallin. As restantes obras de arte sacra reunidas neste museu são o espólio de várias igrejas da Estónia.
Visitámos depois o interessante edifício da Câmara que nos permitiu conhecer o funcionamento do governo da cidade ao longo dos séculos e os locais onde se tomavam as grandes decisões. Tallin foi também uma cidade hanseática independente e um importante centro comercial na segunda metade do séc. XIV e era nesta casa que o Conselho Municipal e a Magistratura aprovavam as suas deliberações. As duas salas principais da Câmara Municipal são a Sala do Conselho e o Salão dos Cidadãos. Actualmente estas salas servem para recepções e cerimónias oficiais e ainda hoje se podem admirar e experimentar os enormes bancos do séc. XIV talhados em madeira de carvalho, onde se sentavam os conselheiros e magistrados para decidirem sobre o que era de permitir ou de proibir a bem do interesse público.
A Farmácia do Município, com mais de cinco séculos de serviço à comunidade, não a pudemos infelizmente visitar porque estava fechada naquele dia.
Na sua proximidade ficava a Igreja do Espírito Santo da mesma época que é uma jóia da arte medieval com destaque especial para o altar principal em talha que representa a descida do Espírito Santo, datado de 1493. Outras preciosidades desta igreja são o seu relógio situado na parede da igreja que funciona desde o séc. XVII, e a chamada "Bíblia dos Pobres", constituída por 57 pinturas de temas bíblicos ao longo da galeria, supostamente para ajudar os fiéis iletrados a compreender a Bíblia e o seu significado.
A Rua Pikk, que vai desde a praça até ao porto de Tallin, justificou um olhar atento ao conjunto de casas construídas ao longo do tempo, tais como: a Casa do Grande Grémio; as "Três Irmãs", todos edifícios bem representativos dos mercadores hanseáticos; o edifício do Grémio de S. Canuto; a casa da Galeria do Dragão; e a casa da Irmandade dos Cabeças Negras, em estilo Maneirista, com uma bonita porta que apresenta o emblema da confraria, a cabeça do negro São Maurício.
Depois deste enorme esforço dedicado ao conhecimento e absorção cultural, o apetite apoderou-se de todos nós e o almoço justificava-se plenamente.
Voltámos à Praça Velha para nos dirigirmos à cave do "Restaurante Maikrahv" com uma decoração próxima do estilo medieval, onde nos foi servida uma boa refeição que nos permitiu absorver algumas calorias para queimarmos durante a parte da tarde.
À tarde passeámos pela cidade velha, olhando os pormenores, observando a gente que circulava nas ruas, vagueando pelo pequeno mercado de artesanato junto à Câmara.
Depois fizemos uma visita muito interessante ao Museu da Cidade onde se mostra a evolução da urbe ao longo dos séculos com uma exposição fiel de vestuário, utensílios, móveis e ambientes domésticos. O terceiro piso é exclusivamente dedicado ao período da ocupação soviética e à queda do regime e conquista da independência do país.

De regresso à praça, encontrámos alguns companheiros e resolvemos ir petiscar para uma cervejaria muito típica que àquela hora ainda estava pouco animada, mas onde se podia adivinhar grande reboliço e muito consumo de cerveja pela noite fora. Era o fim da tarde e tomámos o caminho do hotel para jantar. O pôr-do-sol no terraço do hotel era um espectáculo soberbo que reclamava uma bebida e a contemplação da cidade a escurecer. Foi o que fizeram alguns de nós.

O dia seguinte ia ser longo e a previsão de alguma demora para atravessar a fronteira com a Rússia justificava um merecido descanso.

Saímos cedo do hotel, depois do pequeno-almoço e arrumadas que foram as bagagens no autocarro, rumámos à estrada E20 que nos conduziria até à cidade de Narva, junto à fronteira com a Rússia. Era necessário fazer um compasso de espera para o motorista tratar de uma série de burocracias, incluindo a marcação da hora para a verificação da viatura, recolha de passaportes e passagem da fronteira. A fila de camiões TIR e transporte de mercadorias desanimava qualquer turista incauto e desconhecedor das regras para a travessia da fronteira.

Aproveitámos o tempo de espera para visitar um magnífico castelo construído pelos Dinamarqueses no séc. XIII onde se pode visitar o museu da cidade. A vista que se vislumbra do castelo sobre a fortaleza russa de Ivangorod na outra margem do rio Narva é muito interessante e o conjunto destas duas fortificações é notável. No imenso terreiro do castelo, uma estátua de Vladimir Ilitch Oulianov, vulgarmente conhecido por "Lenine" quase passa despercebida porque jaz solitária e arrumada a uma parede, sem pedestal e sem mística. O almoço ainda foi realizado em Narva, Estónia, e finalmente era chegada a hora de partir rumo à fronteira.

Ordeiros e bem comportados, lá fomos cumprindo as ordens rigorosas do chefe. Saímos do autocarro, organizámos a fila para a apresentação dos passaportes, proibidos de fotografar o que quer que fosse, entrámos finalmente em território russo. Tudo se passou com ordem e a lentidão normal de acordo com as regras do país.

Continua (I de II)

---

[1] O âmbar é uma resina de árvores coníferas fossilizada que se formou na região do Báltico entre 40 e 60 milhões de anos.

[2] Liga Hanseática: aliança de cidades mercantis que estabeleceu e manteve um monopólio comercial sobre toda a Europa e Báltico entre os séculos XIII e XVII.

[3] Inscrita como Património da Humanidade pela UNESCO em 1997.

Autor

Engenheiro David Assoreira
Auditor nº 570/96

A Autoridade do Estado na Guiné-Bissau

Num largo período, que vai de Junho de 1998 a Março de 2009, os guineenses têm vivido uma grave crise política e militar provocada pela acumulação, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, de vários problemas não resolvidos. Tanto nas Forças de Defesa e de Segurança, como na sociedade em geral, esses problemas provocaram enormes danos, irreparáveis até à presente data, aumentando o empobrecimento e a divisão entre as famílias guineenses e levando a conflitos dentro das Forças Armadas. Esta crise comprometeu não só a segurança interna como o desenvolvimento do país e a própria democracia. Por isso, o presidente, eleito em 28 de Junho tem na vertente militar uma tarefa muito importante no domínio da Segurança e Defesa. Terá de definir, como Comandante Supremo, as condições para que as Forças Armadas não continuem a ser um Estado dentro do próprio Estado democrático, e também conseguir que os militares tenham oportunidade para se poderem enquadrar sob o controlo democrático das instituições políticas nacionais, como constitucionalmente está instituído. Só depois disso acontecer, e conjuntamente com as vantagens obtidas com a exploração dos recursos naturais – potencialidades económicas em que o país é rico –, a Guiné-Bissau poderá vir seguir um rumo adequado para o desenvolvimento sustentado, como naturalmente propiciam diversos factores vantajosos, tais como a localização geográfica, as condições climáticas, a riqueza do solo e os recursos marítimos. Em suma, com projectos concretos de desenvolvimento nos sectores da agricultura e das pescas e com uma segurança garantida para todos, a Guiné-Bissau poderá vir a ter condições para tornar-se, num curto prazo de tempo, um paraíso em África, onde todos desejarão viver.

A Segurança e as Forças Armadas no Processo do Desenvolvimento

Na procura duma solução viável para o Desenvolvimento, e atendendo à já tão provada relação entre segurança e desenvolvimento, o projecto em curso da Reforma do Sector de Segurança e Defesa (RSSD) é uma questão central, na procura duma solução para

A Democracia só pode existir quando é acompanhada de Segurança e de Desenvolvimento económico e social

o desenvolvimento e a estabilidade na Guiné-Bissau. Isto é aquilo em que muitos acreditam. E porquê? Porque as reformas dos dois sectores abrangem áreas fundamentais do Estado, como sejam as Forças Armadas, os serviços de informações, as forças de segurança e o próprio sistema judicial. O quadro destas reformas tem sido objecto de constantes actualizações, resultado da experiência adquirida nas diversas missões da UE na Guiné-Bissau, mas estas experiências são também da maior importância nos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (DDR) de ex-combatentes dos países africanos, sendo caso premente a Guiné-Bissau, cuja reintegração nas sociedades assume particular relevância em cenários de pós-conflito. Cada um desses cenários apresenta especificidades. Mas em todos o objectivo é comum: a médio e longo prazo as autoridades locais devem assumir as suas responsabilidades na garantia da segurança dos cidadãos. Ao mesmo tempo, a experiência das últimas décadas tornou claro que a construção de um mundo seguro exigirá interacções externas entre uma vasta gama de actores, incluindo autoridades governamentais e políticos pessoalmente empenhados, tanto a nível regional e internacional como a nível nacional, assim como as organizações da sociedade civil. Nesta assumpção de responsabilidades, os actores regionais têm um papel central. Daqui o valor que existe na parceria que a União Africana (e Marrocos) levam actualmente a cabo conjuntamente com a UE. Porque a Defesa Nacional é, inquestionavelmente, um pilar fundamental para a construção e viabilização do Estado guineense, considerando-se que a maioria dos riscos de insegurança verificados nas últimas décadas tem carácter interno, com envolvimento das forças de Defesa e Segurança, devido a que os políticos procuram aceder ao poder usando a influência dos militares, não respeitando as fronteiras institucionais do Estado.

O Controlo Democrático das Forças Armadas da Guiné-Bissau

No caso específico da Guiné-Bissau, é relevante sublinhar o que se deve esperar do papel das Forças Armadas no apoio ao desenvolvimento. As FA materializam a autoridade legítima de defesa do Estado, nomeadamente no garante da integridade territorial, pois a defesa está associada à sua afirmação originária, concebida no momento da identificação dos elementos constitutivos do Estado. Daqui advém naturalmente a identificação da Defesa, no sentido lato, com a defesa do Estado. Porém, o que actualmente se verifica é que a protecção das forças políticas dominantes, representadas nos órgãos constitucionais, constitui objecto primário e quase único de todo o sistema de defesa. A noção de defesa do Estado, globalmente entendido, deve constituir um passo posterior das relações civis-militares estabelecidas nos regimes do partido único, caracterizados por uma necessária coincidência entre base e vértice, entre comunidade e aparato, uma concentração na síntese partido-governo. Nesta perspectiva, a defesa do poder não comportaria apenas a simples defesa das instituições, mas também a defesa da ideologia que as caracteriza. Porém, nas democracias em geral – objecto para o qual está voltada a nossa análise – a natureza das relações civis-militares é diferente. Nesse sentido, será necessário precisar o significado do termo *democracia*. O termo, etimologicamente originado do grego *Demos*, que significa povo, e *Kratia*, poder ou governo, define *governo do povo.* No entanto, o significado etimológico não resolve o problema do conceito que manipulamos. Tem validade o articulado pela tradição liberal democrática, pois a ideia democrática contemporânea construiu-se a partir dos pressupostos teóricos do liberalismo democrático. Por isso o conceito pode ser concebido de duas maneiras: uma no plano normativo ou ideal e outro no plano empírico ou real. A Democracia

só pode existir quando é acompanhada de Segurança e de Desenvolvimento económico e social. Neste sentido, muitos políticos guineenses acham que os militares são obstáculo à segurança e ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Assim, deverá ser dada a melhor atenção à melhor forma de elaborar uma estratégia de controlo das Forças Armadas. Dada esta precisão, deve dizer-se que, em termos gerais, os regimes em processo de transição democrática, para conseguirem manter o controlo civil sobre os militares, se apoiam em quatro enfoques complementares e inter-relacionados e, inclusive, sobrepostos:

Despartidarização, ou seja, os militares devem afastar-se da política quotidiana e evitar a tomada de posições públicas em debates políticos e naqueles relacionados com a elaboração de políticas;

Despolitização, que não significa, no entanto, uma proibição directa de os militares terem as suas preferências relativas às organizações e ideologias políticas, mas estas devem permanecer estritamente no âmbito pessoal;

Democratização, ou seja, o papel das Forças Armadas deve estar definido por e sob controlo das autoridades políticas legítimas e livremente eleitas. Democratização não implica introduzir procedimentos nas Forças Armadas para governar-se a si mesmo tais como eleições, nomeações de auto-governo ou destituições. Significa, sim, estabelecer hierarquias militares de comando claramente definidas, encabeçadas pelas autoridades estatais legais e democraticamente eleitas;

Profissionalização. Aqui se adopta uma conceptualização de profissionalismo, tal como define Samuel Huntington, ou seja, em termos de saber, responsabilidade e corporativismo, estipulando-se que os soldados profissionais concentram seus esforços em aperfeiçoar suas habilidades de combate. O profissionalismo, na visão de Huntington, torna os militares neutrais, prontos para levarem a cabo as ordens de qualquer grupo civil que detenha a autoridade legítima do Estado.

Todavia, apesar dos esforços e das boas intenções, nem sempre é fácil a aplicação ou implementação destes quatros mecanismos, pois existem dificuldades de várias ordens, como a fragmentação social, em determinados países, a guerra, a falta de tradição democrática, a falta de pessoal competente, a escassa informação, etc. A questão do controlo civil e da autoridade democrática sobre os militares é fundamental para a democracia. No entanto, qualquer governo democrático deve valorizar devidamente as capacidades e contributos dos militares, ao tomar decisões políticos sobre a defesa e segurança nacionais, pois as mudanças ou reformas institucionais devem contar com a experiência dos militares. Esta é uma forma democraticamente madura de participarem plena e igualmente na vida política do seu país, como qualquer outro cidadão. É importante frisar que os militares, individualmente, devem participar essencialmente como eleitores. Para outro tipo de intervenção na vida política, os militares devem antes desligar-se do serviço militar, para que não seja posto em causa que são servidores neutros do Estado e guardiães da sociedade.

Para terminar este raciocínio, gostaria de deixar uma nota sobre a importância dos militares na democracia: os militares existem numa democracia para proteger o país e as liberdades do seu povo. Não representam nem apoiam nenhuma tendência política, nem grupo étnico ou social. A sua lealdade manifesta-se em relação à maior ideia do País, ao Estado e ao princípio da própria democracia. É aqui que as Forças Armadas da Guiné-Bissau devem aplicar os seus esforços nos processos de "modernização" e de "racionalização", que a comunidade internacional apelida de "Reforma" do Sector de Segurança e Defesa.

A Segurança face aos Poderes Institucionais

"Eu é que me conheço bem". Esta é uma frase que define a origem dos problemas da insegurança institucional guineense, e que muitas vezes complica o processo do desenvolvimento no país. Entre os problemas de funcionamento institucional na Guiné-Bissau, incluem-se aqueles que tentam alcançar um rendimento crescente, a eliminação de dificuldades de contacto, a obtenção de uma crítica construtiva. A todas estas questões, e com base nos mais recentes conhecimentos e experiências académicas, que passa mesmo pela análise psicológica, o dirigente deve ter capacidade para dar respostas elucidativas e conselhos práticos sobre a arte de dirigir homens. Com efeito, a missão fundamental de um dirigente é dirigir pessoas e não "negócios". Uma outra questão é de sublinhar, pela sua importância; a actividade político-partidária deve distanciar-se dos poderes institucionais do aparelho de Estado. Os políticos devem preocupar-se com os interesses do Estado e não do partido, e devem consciencializar-se de que não devem e não podem persistir em fazer tudo pessoalmente, levando os colaboradores a desempenharem as suas tarefas de forma que a função directiva se exerça com eficiência. Por isso a Guiné-Bissau necessita de estrategas civis qualificados, capazes de dialogar a alto nível, tanto com os militares como com os políticos. Infelizmente, tal não acontece, sendo frequente que dirigentes políticos

responsáveis representem interesses estrangeiros. Assim, considera-se que a atitude de um dirigente em relação a si próprio é muito importante para um bom ambiente de trabalho e para a eficácia de uma acção governativa que retire a Guiné-Bissau do seu marasmo.

No que diz respeito à segurança e à defesa, os ministérios da Defesa e da Administração Interna guineenses, como instituições responsáveis pela defesa da soberania e defesa do estado, têm a obrigação de adoptar estratégias de prevenção contra as ameaças que o país poderá vir a sofrer – sendo exemplo premente o narcotráfico –, contra o banditismo e pela prevenção de pequenos conflitos armados provocados por intermédio dos políticos. Tendo em conta a situação pós-conflito em que se encontra há tanto tempo o país, é necessário prosseguir com o processo de reconciliação como condição *sine qua non,* para apoio às acções governativas no âmbito da reforma e reestruturação global do Estado guineense.

É deste modo que o Estado tem de continuar, reforçando em todas as frentes o desempenho dos membros das Forças Armadas, preservando, custe o que custar, a liberdade do povo guineense, a independência e a soberania. Não deverão ser esquecidos os Combatentes da Liberdade da Pátria, que se sacrificaram pelo povo guineense e para a criação do Estado da Guiné-Bissau. Passados 35 anos após a independência, as promessas caíram em terra, como se fosse uma gota de água no solo, e os heróis deixaram de ser respeitados. É necessário atingir-se uma maturidade política em que se esteja acima dos interesses. Os mais graves problemas da Democracia guineense, e que a fragilizam, são as acusações sem fundamento, as ameaças de abuso de poder, a liquidação física e moral do Homem, os actos de barbaridade e de corrupção. Tudo isto transformou a Guiné-Bissau num país triste, onde falta fazer a reconciliação nacional entre as pessoas. Para terminar, sublinha-se a premência do processo de reconciliação nacional, pois os guineenses têm que ignorar o ódio contra as pessoas, mesmo sendo adversários políticos, e devem só repudiar a injustiça, a fome e a discriminação. É necessário que se desenvolva a coesão nacional e o sentido da responsabilidade, para que se construa a estabilidade e para que a paz dure, para que os guineenses possam caminhar para o desenvolvimento, de cabeça bem erguida.

... os militares existem numa democracia para proteger o país e as liberdades do seu povo

Dr. Demba Baldé
Auditor do CDN

Fotos © Lusa

Opções não disso

Karl Marx escreveu, no já longínquo ano de 1867, em Das
trabalhadora a comprar bens e produtos de consumo caros, f
mais, até que a sua dívida às entidades financeiras se tornass
entidades levá-las-ia à falência, acabando as m

Das Doutrinas

Se as economias capitalistas pós-industriais esboçaram francos sorrisos com a derrocada do modelo estatizado soviético, vigente na Rússia e países satélites, foi agora a vez dos saudosos amantes das doutrinas estatizantes, mais controladoras, colocarem o melhor dos seus sorrisos (?) motivado pelo ruído estrondoso da queda – uma-a-uma – das peças do dominó do capitalismo liberal.

Tratou-se, na verdade, do esboroar de duas formas de concepção económico-sociais de globalização. Em resposta ao internacionalismo da revolução socialista, que pretendia libertar o Homem de todos os constrangimentos e egoísmos, até da sua própria nação – daí a bandeira e o hino de *A Internacional* – em que o apego à Pátria era visto como uma visão arcaica e concomitantemente reaccionário-fascizante (no linguarejar de tais pensadores) – e disso tivemos a nossa quota de experiência – surge o liberalismo capitalista, com tons de maior liberdade, mas de propósitos igualmente condicionantes, que não via no Homem mais do que um mero actor num mercado que se pretendia, também ele, global – como produtor e simultaneamente consumidor de bens – cuja valia/importância era expressa em unidades de moeda.

Ou seja, a uma crendice controleira do Estado, que procurava a tudo determinar, orientar e não raras vezes reprimir, com o embuste fraseológico de que "a revolução libertaria o povo", sucedeu-lhe uma outra fancaria sócio-económica que via no empreendimento individual a salvação da Humanidade... O Cidadão anónimo, esse, continuou escravo, só que, desta vez, daqueles que detinham o poder dado pelo dinheiro!

Cabe reflectir e perguntar onde estão, afinal, as virtudes de cada um destes modelos, dado que nenhum deles trouxe a tão almejada felicidade nem a tão propalada liberdade à Humanidade.

Ainda que, ciclicamente, os pregoeiros defensores, quer de uma quer da outra via, ou seja, os que se situam mais à esquerda ou mais à direita, do ponto de vista de uma concepção governativa, alardem grandes mudanças, aparentem grandes rasgos de visão política, o facto é que, desta alternância na *sedia catedratica* da governação (somente em países que se definem como democráticos), não se vislumbram, posteriormente, alterações substantivas... E a Sociedade anónima lá vai continuando submissa, silenciosa e pesarosa, arrastando

com o fardo dos erros de tão distintas personalidades, ao mesmo tempo que constata que a também enunciada igualdade... não passa, frequentemente, de um mero acto de boa disposição pós-prandial, porventura havido num dia de brisas suaves.

Pensamos já ser tempo de identificar, e com a experiência acumulada ao longo de todos estes anos, as formulações erróneas e relevar as putativas virtudes que, porventura, ambos os sistemas possam conter, procurando depois trabalhar, a partir dessa base e em atenção à vigente circunstância, de forma a assegurar uma melhor sociedade, mais justa e menos apreensiva com o seu devir.

Todavia, ainda que este seja um trabalho difícil, não nos parece que a seriedade de princípios e a boa vontade se mostrem tão insuficientes para o realizar.

ciadas de Poder

s Kapital, *que os donos do capital iriam estimular a classe azendo com que os trabalhadores ficassem a dever, cada vez se incomportável, de tal modo que o débito não pago a essas esmas por serem nacionalizadas pelo Estado...*

Foto © Lusa

Do Exercício do Poder

Ao longo da História tem existido uma dialéctica permanente acerca do exercício do poder – e a nossa História está pejada destes exemplos – se o mesmo assenta em bases políticas ou em bases económicas.
Sobretudo, desde a segunda metade do século XIX e o início do século XXI, tem-se procurado cientificar o exercício do poder através, por um lado, dos ensaios sobre as teorizações económicas e as correspondentes lógicas de mercado e, por outro, através das matrizes assentes na demarcação e controlo territorial, consubstanciadas estas na defesa e regulação dos valores e dos respectivos recursos inerentes a esse dado espaço, o que corresponde, efectivamente, ao exercício do poder político, tal como vem descrito em qualquer compêndio acerca destes temas.
Ainda que estas actividades sejam de aparência antagónica, pelo choque de interesses que cada uma delas comporta, o facto é que elas mutuamente se influenciam e, efectivamente, chegam a coabitar, senão mesmo, mas já de uma forma despudorada, a entrelaçarem-se, ou seja, quem detém o poder político – raramente e de uma forma independente sufragado pelo povo – é o dono das actividades económicas mais lucrativas (petróleo, banca, explorações mineiras, *plantações especiais*...), deixando apenas umas franjas do mercado para as outras entidades – isto, claro está, se as mesmas não criarem graves problemas aos que se julgam os patrões da pátria, nesta altura autónomos, a bem dizer, de qualquer doutrinação política, apesar das afirmações apensas a um dado rótulo de carácter filiativo.
Contudo, e actualmente, em matéria de exercício de poder, nos países onde existe uma verdadeira liberdade de expressão, ou liberdade política, há que contar com o papel da Informação – quando é assertiva e não baseada em ruídos de fundo ou no "diz-se...diz-se" – no modo como contempla a descrição dos factos, como veicula, não só a sua opinião sobre os mesmos, como a própria opinião pública, comprometendo, porventura, as decisões do Estado, ao mesmo tempo que denuncia e rompe perigosos jogos de redes económicas, trazendo, enfim, à superfície do debate, muito dos assuntos polémicos que se esfumariam entre os dedos, não fosse a sua publicitação, e cujas consequências são passíveis de induzir alterações, quer no exercício da acção governativa, quer nas estratégias de determinados grupos económicos, repercutindo-se, inclusivamente, no âmbito das próprias relações internacionais.
Ainda relacionado com as acções dos meios de informação, e em abstracto aos seus trabalhos de investigação e do que possam vir a apresentar e a concluir, qualquer indivíduo, independentemente do cargo ou função exercida e do poder económico detido, deve ser sempre responsabilizado pelo seu desempenho (e quanto mais elevado se encontrar na escala social mais se lhe deve ser exigido), quer em matéria de governação, quer em matéria económica e financeira, em atenção aos valores defendidos pela Sociedade e em respeito aos direitos dos demais cidadãos consignados na Constituição, baseados os mesmos na liberdade com responsabilidade, na Igualdade de tratamento perante a Lei, e na fraternidade e entreajuda entre os mesmos.

Da Contingência do Espaço

É dever do Estado poder assegurar a defesa do seu território, a par da manutenção da ordem e da segurança dos cidadãos nele incluídos, através da regulamentação das diversas actividades e da administração da Justiça. Deve também existir, por parte do Estado, a preocupação de controlar e tributar a posse e os fluxos de bens e capitais, com o fim de providenciar, não só os diversos serviços inerentes ao seu funcionamento, como também a diversidade de acções sociais por ele promovidas, não esquecendo que a própria posse de dinheiro constitui, em si, um verdadeiro instrumento de poder, que nenhum Estado pode descurar sob pena de se fulanizar.

Na maioria dos países da Europa, sobretudo nos da metade ocidental, na qual Portugal se encontra incluído, perante uma insuficiente capacidade humana e financeira, tem havido uma desmilitarização gradual/racionalização em pessoal e meios. Consequentemente, uma defesa isolada, perante uma ameaça séria, é praticamente impossível, sendo necessária a intervenção de países aliados (como é o caso dos países da NATO). Para tal situação, muito contribuiu a pressão advinda por parte dos grupos pacifistas ligados à esquerda, que ocorreu em vários países ocidentais aquando do aumento da ameaça soviética, na transição da década de 80 do século passado.

A ganância e o lucro excessivo de quem detém o Poder Económico não mais deverá ser legitimado

Foto © Lusa

No entanto, e apesar destas orquestradas pressões pacifistas – cujas manifestações em vários países foram até bastante belicistas –, o resguardo da essência do espaço, do sentido de uma afinidade patrimonial, continuou presente na mente dos cidadãos, razão pela qual tais pretensões não se vieram a concretizar na sua totalidade, embora se registasse, no caso português, um visível desinvestimento no sector da defesa, mitigado por algumas compras e actualizações – sempre discutíveis.

A preocupação com o espaço/território, que nada tem de estranho, encontra-se subjacente à seguinte questão: se os demais animais se identificam com o seu espaço, com as suas envolvências, por que é que o Homem não haveria de ter a mesma necessidade de se identificar com um dado território...com uma dada paisagem? Por outro lado, a inerência do poder está ligada à ocupação de um espaço nas suas mais variadas manifestações – seja ele físico ou terreno, seja ele o da detenção de uma rede proveniente do desempenho de uma actividade (rede de supermercados, escritórios, consultórios...). Na verdade, o espaço, tal como o poder, são realidades intrínsecas à afirmação animal e, de uma forma mais sofisticada, do género humano.

A generalidade do Ser Humano aspira por ter poder – mesmo aqueles que afirmam o contrário (têm o poder de recusar o poder; por reconhecerem a sua inoportunidade em o deterem, ou porque não se querem comprometer) – por ser *aliquem*/alguém (pessoa de mérito, nobre), por ser importante, por deter algo que o diferencie... em qualquer Sociedade, independentemente dos propósitos, segundo uma concepção maniqueísta.

Mesmo que seja um pequeno poder (agente da autoridade, chefe de uma secção do funcionalismo público... ter uma secretária, estar separado ou resguardado do público por uma qualquer divisória ou espaço) o seu exercício não deixa de ser disputado. Outro tanto se passa com aqueles que vagabundeiam – os nómadas da actualidade – aparentemente não ligados a um território – circunstancialmente temporário e partilhado – que têm o poder de não se sujeitarem a quaisquer normas, mantendo-se livres de compromissos.

A valorização ou a importância do poder exercido é indiciada pela imponência do espaço ocupado e dos adereços com ele relacionados, bem como pela separação, pela quantidade de barreiras que são necessárias transpor para aceder a quem o detém, a par de uma imposição de condutas. É através do linguajar do espaço que o poder se dá a conhecer. Dito de outra maneira – é difícil imaginar o poder sem espaço que o consubstancie.

Ainda a propósito da questão do poder territorial, veja-se o que é que acontece, na generalidade, quando as pessoas adquirem poder económico, se a sua primeira preocupação não vai, de imediato, para a aquisição de uma casa, do seu próprio espaço, manifestação do

Foto © Lusa

exercício do seu querer?
É do conhecimento que o exercício do poder territorial impõe demarcações.
Mesmo para os Estados ocidentais que compõem a União Europeia, onde se encontra aparentemente afastado o perigo de uma invasão entre os Estados, onde, até, se pretende criar uma única fronteira, um espaço de plena circulação de pessoas e bens; para os Estados Unidos, que constituem uma federação de Estados; para as divisões regionais internas dos países – as demarcações de separação dos espaços, a cada um dos respectivos patamares, continuam a constituir referenciais identificativos essenciais que, a par de delimitarem o exercício do poder das respectivas autoridades, de circunscreverem as sociedades e as suas diversas actividades... também evidenciam a riqueza plurifacetada do Homem no referente ao seu legado histórico e linguístico-cultural, no qual se incluem os seus usos e costumes, em parte, fruto do conúbio com as características naturais envolventes.
Daqui se infere ser mandatório declinar certos *dictatus* de uma qualquer secretaria comissional quando, por vezes, procura fazer pedra rasa destas realidades, a favor de uma tentativa de homogeneização, o que equivale, de certo modo, a uma desculturação estruturante dos demais povos.
Contudo, e no futuro, não bastará aos Estados o facto de serem "grandes", de terem muito território ou de ostentarem riquezas mirabolantes, para *dictarem*. No futuro, a sua importância vai muito depender do modo de se organizarem e da possibilidade de competirem num mundo cada vez mais tecnológico.

Do Relacionamento dos Poderes

Para os teóricos da Economia, importam ao Poder Económico as trocas e os fluxos assegurados pelo dinheiro. Ou seja, o dinheiro, em si, só é importante se conseguir gerar riqueza.

Para Defarges[1], enquanto que o Poder do Estado está, de certa forma, prisioneiro do seu território, preocupado na organização e exploração do seu espaço, os circuitos das trocas, o fluxo das mercadorias, do ouro, do dinheiro, dos serviços, das informações... não cessam de se deslocarem, induzidos por dinâmicas que escapam aos próprios Estados, em função das realidades que acontecem nos territórios e das estratégias dos mercados (diferenças de salários, regimes de protecção social, migração para as regiões mais ricas...).
O fenómeno da fluidez dos produtos, qualquer que seja a sua natureza, é assaz um ponto sensível. A apetência natural do Estado é para o seu controlo e respectivo taxamento. No entanto, sobretudo um Estado pobre como o nosso, com diminuta actividade de grande empreendedorismo, que necessita do investimento estrangeiro, não só para colocar no mercado interno mais postos de trabalho, como viabilizar mais facilmente o acesso a um mercado internacional dos produtos nele produzidos, tem que moderar os seus naturais instintos, pois arrisca-se a uma mais profunda deslocalização dos empreendimentos, privando, quer a sua produção, quer o acesso a um putativo consumo.
Assim, sob este ponto de vista, quem parece ditar as leis é o poder económico. Mas, como vários estudiosos têm igualmente demonstrado e chamado à atenção, as empresas, para evoluírem, têm que ter, por um lado, consumidores para os seus produtos e, por outro, que as leis dos Estados não lhes dificultem o seu desenvolvimento e elaboração.
É o próprio patronato também a reconhecer que o Estado, em determinadas ocasiões, pode exercer um efeito proteccionista, e nós acrescentaríamos - sem que seja um facto escandaloso – dado que, no exercício das suas competências, se torna perfeitamente razoável que o Estado proteja as actividades qualificadas como estratégicas, melhor estruturadas,

A multinacional alemã Qimonda declarou falência...

... para este tipo de empresas cata-vento multinacionais que (...) aos primeiros raios da alvorada do perigo põem-se em passo de marcha acelerada, deixando no desespero muitas famílias...

actualizadas e com um já longo historial de desenvolvimento/elaboração no seu território, ou seja – que o Estado contemple determinadas culturas empresariais. Este facto, contudo, não deve ser confundido com interesses de capelania, em que, por um processo discricionário, o Estado é levado a favorecer uns em detrimento de outros, o que leva a que se especule que muitas empresas tenham necessidade de "lubrificar/olear" a máquina estatal, a fim de agilizar as decisões a tomar e como agradecimento pela rapidez da uma tomada de decisão e pelo trabalho havido que permitiu ter-se alcançado um dado objectivo (ainda que isto possa parecer uma lepra crónica, pensamos que não esteja, de todo, oficialmente estatuído).

Desta realidade, torna-se fácil compreender a latente promiscuidade existente entre estes dois poderes – o político ou estatal e o económico. Contudo, as suas relações são muito mais intrincadas e complexas do que se possa inicialmente pensar.

Se, devido a interesses económicos, sobretudo os relacionados com as actividades pendentes da posse e do modo de circulação de certos recursos – como os da actividade marítima; energética, como o petróleo e o gás natural (veja-se o que tem acontecido com o gás russo); e, futuramente, a água, de entre outros – é passível a existência de conflitos entre os Estados, principalmente se forem vizinhos; procura-se, por outro lado, estabelecer entre eles tratados, protocolos, reconhecimentos mútuos e, até mesmo, alianças, de modo a dirimir antagonismos e a regulamentar as actividades acerca de idênticos ou, porventura, outros interesses económicos. Veja-se o caso paradigmático de Portugal e da Espanha quanto aos recursos hídricos... e não só.

Em relação aos conflitos, ainda que possam existir sectores que deles retirem benefícios, a História tem demonstrado que, de um modo geral, são sempre mais prejudiciais do que benéficos.

Não deixa de ser curioso quando o Poder Estatal estende a mão ao Poder Económico, em termos de parceiro, seleccionando e encorajando determinadas actividades, sobretudo quando as mesmas se mostram de grande interesse no âmbito do interrelacionamento entre Estados.

Contudo, este é um aspecto sensível que requer fino tacto. Porque, ou os Estados têm poderes económicos semelhantes – tratando-se, neste caso, de uma pura troca de dividendos, por vezes, numa tentativa de maior abertura e aprofundamento relacional entre os mesmos –, ou um dos Estados, o dominante, procura que o outro compre os seus produtos a troco de um dado tipo de ajuda. Trata-se, neste último caso, de um modo de exercício de poder, de subordinar o outro Estado, servindo-se das actividades económicas.

Lenine defendia que o desenvolvimento económico dos Estados seria desigual, tal como o que aconteceria ao das empresas, o que iria criar contradições no sistema capitalista. Ou seja, a prosperidade de uns implicaria, forçosamente, o empobrecimento de outros.

Este *enforcement* de integração dos Estados num único sistema económico, a que se tem assistido nas últimas décadas, é paradigmático de uma situação de desenvolvimento desfasado, dada a existência de países ricos ou desenvolvidos, países em vias de desenvolvimento ou crescimento, países pobres e muito pobres, e países (simplesmente) marginalizados. A manutenção destas desigualdades, que muito tem convido aos países economicamente mais desenvolvidos, é aproveitada para a deslocalização temporária de algumas empresas, suscitada, de entre outras, pela diferença de salários; pelas "benesses" dos países anfitriões, sobretudo no que respeita ao valor das contribuições e facilidades de colocação dos produtos no mercado...; e pelo tipo de protecção social em curso nesses locais. E aqui não são somente os interesses das empresas a manipularem a situação. Aos protagonistas governamentais também lhes interessa a vinda destas empresas... quanto mais não seja, para apresentarem alguma obra feita, em termos de estatística social, e para depois se vitimizarem, quando as mesmas debandam na procura de outras paragens.

No futuro, os Estados têm que estar muito mais atentos, sob pena de ficarem numa situação, no mínimo, embaraçosa, para este tipo de empresas cata-vento multinacionais que, como se pôde constatar, aos primeiros raios da alvorada do perigo, põem-se em passo de marcha acelerada, deixando no desespero muitas famílias (para as quais não existem, geralmente, soluções atempadas), com a desculpa tão esgotada de

já não estar a dar, de não haver encomendas, de o mercado estar exausto... E o Estado, tentando reagir, mais mostras dá da sua impotência.
Assim sendo, valerá a pena perguntar: quem é que, na verdade, detém o poder efectivo?
Pensamos ser já tempo dos Estados pararem de se demitirem perante o Poder Económico.
Contudo, tal atitude não deve ser sinónima de um regresso à Ditadura. Só os Estados fracos a ela recorrem para se poderem manter ao leme da governação, estando ainda por demonstrar se o recurso a tal solução consegue conter o Poder Económico dentro de parâmetros razoáveis, ou se o efeito é precisamente o contrário do pretendido, ou seja, se o Estado não fica ainda mais refém do grande patronato.
Se bem que, excepcionalmente, e por períodos relativamente curtos, se possa compreender a existência de um processo ditatorial, quando da falência das estruturas democráticas – do género para arrumar a casa (dando toda a latitude interpretativa no referente a esta frase)... No entanto, insistimos, um Estado verdadeiramente forte não tem que ser um Estado ditatorial!

Em Conclusão

É bom que o Homem se confronte com as suas "certezas" e com as situações de crise, porque o ajuda a reflectir – passo fundamental para poder evoluir. A verdadeira aprendizagem é filha de uma profunda reflexão.
A situação que actualmente se vive um pouco por todo o Mundo pode ser benéfica, se ajudar o Homem a pensar em outras soluções para a diversidade de acções da Humanidade.
O facto é que o sonho de uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna parece cada vez mais distante. Ainda que se possa dizer que nos países da orla ocidental existem melhores condições e maior esperança de vida, por francos investimentos após a 2.ª Guerra Mundial no sector social, e mais liberdade, o certo é que o fosso entre os privilegiados e os necessitados tem-se vindo a escancarar – com honrosas excepções – cada vez mais, nestes últimos anos, dentro dos próprios países, entre países e entre continentes. O necessitado, o pobre, é cada vez mais pobre. A esta miséria, que não é somente fruto de um desnível de capacidade económica, junta-se uma degradação moral, uma usurpação verdadeiramente subversiva das valores tidos como referências, que, afinal, permitiram que a Humanidade vingasse até agora...
Não haja confusões! É que o aparecimento destes factos não são resultantes de uma qualquer revisão actualizada da relatividade generalizada, nem da introdução de novos campos de forças. Os verdadeiros valores atravessam gerações sem qualquer beliscadura nem desvio. O que se está a pretender, e com a característica desfaçatez dos proponentes, é branquear um conjunto de acções, em nome do progresso, do avanço tecnológico e do bem-estar da própria (pobre coitada) Sociedade – que, na verdade, só a têm ajudado a afundar ainda mais.
Daí, e o resultado está bem à vista, não ser de estranhar a eclosão de ódios étnico-raciais, de invejas entre familiares e vizinhos, e do exacerbar de conflitos, um pouco por todo o Mundo, os quais tendem a agravar, ainda mais, o sofrimento das populações.
O Poder do Estado deve ser exercido, acima de tudo, obedecendo a princípios éticos, e prevaler em relação ao Poder Económico, tendo a responsabilidade da manutenção e conservação do legado patrimonial, incentivando, para tal, a comparticipação de entidades privadas.
O Estado, ainda que seja difícil, reconheçamo-lo, deve controlar as actividades económicas sem, contudo, interferir no seu processo, mantendo os seus agentes ou actores a um razoável distanciamento, para que possam, em caso de conflito, facilmente arbitrar, tendo em atenção as actividades que demonstrem ser estratégicas para o desenvolvimento do País. O Estado deve, na verdade, ter um papel regularizador e concomitantemente fomentador do desenvolvimento, a par de uma activa intervenção social.

O sonho de uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna parece cada vez mais distante

A ganância e o lucro excessivo de quem detém o Poder Económico não mais deverá ser legitimado. Da mesma forma, o Estado deve dar o exemplo nas Instituições que tutela ou em que participa maioritariamente, ao procurar uma maior equalização nos proveitos, assente essa equalização no mérito de cada trabalhador, de modo a diminuir as assimetrias.
Em suma, o direito ao trabalho deve ser considerado um bem para todos os indivíduos, um meio do mesmo participar na Sociedade e não um processo usado na sua exploração ou esclavagismo. De igual modo, a introdução de maquinaria (sofisticada ou não) deve ser analisada como um processo de poupar o Ser Humano em trabalhos mais pesados e de maior precisão (libertando-o do factor emocional) e não para o substituir na totalidade.
Só com uma participação/ocupação efectiva dos indivíduos nos trabalhos da Sociedade, a par de uma justa obtenção de proveitos, dirimindo as ganâncias e os oportunismos, poderemos ter um pouco mais de Paz nesta minúscula molécula do Universo.

J. A. da Silveira Sérgio e J. M. de Barros Dias,
Auditores do CDN 2000

[1] Defarges, Ph. Moreau (2003): *Introdução à Geopolítica*, Gradiva, Lisboa.

Quebrar o silêncio sobre O Comércio Ilegal de Armas

Uma perspectiva sem fronteiras

Não se fazem guerras sem armas e estas não surgem sem um mercado muito próprio!

As armas ligeiras, em particular, representam uma grave ameaça para a Humanidade, sobretudo quando integradas na actividade comercial das redes de crime organizado e procuradas, designadamente, por organizações terroristas, traficantes de droga e máfias. O perigo derivado do comércio irregular destas armas é agravado pela deficiente atenção que lhe é dada pelas entidades que tem a seu cargo o acompanhamento, fiscalização e controlo do comércio de armamento, mais preocupadas com a circulação de outro tipo de armamento, como as minas anti-pessoal e as armas de destruição massiva, consideradas geradoras de efeitos mais perversos.

A tolerância e objectiva permissividade das entidades responsáveis, nos diversos países, pela autorização e controlo do comércio de armamento, constituem factores que explicam o *boom* de crescimento actual do número de armas ligeiras, algumas de grande sofisticação, em poder de mãos erradas. Os seus traficantes são não apenas profundos conhecedores do mercado e dos seus complexos e "delicados" circuitos como experimentados e hábeis agentes. No sistema é possível encontrar, muitas vezes, jovens *yuppies* já com *curriculum* feito na gestão empresarial, em particular na área de administração financeira, dedicando-se à lavagem e circulação de dinheiros e que actuam com maior eficácia do que os mais qualificados profissionais da mesma área, que exercem a sua actividade de acordo com as normas técnicas e legais em vigor.

Na verdade, não subsistem dúvidas de que são hábeis utilizadores de linhas aéreas privadas, recorrem prudentemente a expedientes de embarque ilegais, usam a segurança privada para cobrir as operações clandestinas, valem-se, como quaisquer empresários normais, de alianças comerciais, *leasing*, *franchising*, *charters* ou operações *off shore* sempre que consideram necessário ou oportuno.

Nalguns casos a situação é agravada pelo facto de algumas das entidades – pessoas singulares ou colectivas – que intervêm no "negócio" terem obtido registos e credenciações junto da então Comunidade Económica Europeia e da NATO, de que continuam a retirar todas as correspondentes facilidades e vantagens. Trata-se de uma área nebulosa, em que agentes autorizados, ainda assim, nem sempre agindo legalmente, se cruzam com traficantes e onde o tráfico de armas surge em paralelo com o tráfico de droga, de diamantes e mesmo de pessoas, entre outras actividades ilegais.

Os principais perigos do desenvolvimento desta actividade ilícita é a entrega de armas a entidades não estatais, não licenciadas, a violação sub-reptícia dos embargos de armas impostos por Organizações Internacionais, *maxime* da ONU, e o próprio tráfico, em especial no terreno, em zonas com risco de conflito ou em conflito efectivo.

O comércio ilegal de armas deve pois ser especialmente aferido por referência aos mais graves cenários de crise internacional, especialmente os de guerra, nas comunidades pertencentes à geografia da fome, nos territórios que se confrontam com crises humanitárias gravíssimas e onde decorrem conflitos armados de que resultam milhares de mortos, feridos e desalojados.

Também as zonas de forte potencial a nível energético (ex.: petróleo, gás) são propícias aos conflitos e à livre circulação de armas, em especial das comummente designadas "small arms".

A referência de análise deverá também ser feita aos países vizinhos das zonas de crise, bem intencionados na aparência, mas que, em alguns casos, para defesa de interesses próprios, nacionais, sectoriais ou individuais, contribuem, activa e/ou passivamente, para o incremento da crise e dos dramas humanos que dela resultam. Acontece mesmo, nalgumas situações, a intervenção mais ou menos camuflada de países com vocação hegemónica regional e de grupos de interesse de natureza económica em busca de matérias-primas.

Algumas Organizações Internacionais têm vindo a acordar para o problema e o seu papel em favor de um combate incessante a estas e outras actividades ilícitas, que causam dano efectivo à vida e integridade de milhões de pessoas, merece particular nota.

Assim, na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), na União Europeia (UE), nas Nações Unidas, são muitas as declarações, acordos, princípios comuns, resoluções, posições comuns que foram tomadas. O que dizer da sua implementação e eficácia real?

Esta pode ser uma realidade se os acordos internacionais e multilaterais forem imperativos, ou seja, de observância obrigatória.

A eficácia dos referidos instrumentos na luta contra o comércio ilegal de armas, particularmente das ligeiras, depende essencialmente da sua força vinculativa e dos meios de coerção que lhe estejam ligados.

Aqueles instrumentos deveriam revestir natureza imperativa, de observância obrigatória, e com previsão de sanções em caso de incumprimento.

A devida regulamentação no direito internacional passa por prever com exaustão quais as armas em causa, os diversos tipos de agentes no comércio de armamento e a previsão normativa que abranja a actividade exercida, aquém e além fronteiras, dos diversos países.

Muito recentemente – Outubro de 2008 – as Nações Unidas, na senda de um Tratado sobre o Comércio Internacional de Armas, aprovaram uma Resolução com vista ao estabelecimento de padrões interna-

cionais comuns para a importação, exportação e transferência de armas convencionais.

Na UE, a PESC (Politica Externa e de Segurança Comum) tem dedicado especial atenção ao acompanhamento e implementação dos processos de paz e segurança, à não proliferação e desarmamento, à resolução de conflitos e outras actuações com vista à estabilização, com acções de emergência e missões de policiamento, entre outras, numa resposta que se pretende eficaz às crises e ameaças globais à segurança, possuindo mesmo uma específica *Política comunitária de luta contra a proliferação das armas ligeiras*.

A Decisão 2009/42/PESC do Conselho de 19 de Janeiro de 2009 pretende de modo efectivo apoiar *as actividades da UE para promover entre os países terceiros o processo conducente a um Tratado sobre o Comércio de Armas, no quadro da Estratégia Europeia de Segurança*.

Ainda neste domínio, o *Acordo de Wassenaar sobre controlos de exportação para armas convencionais e bens e tecnologias de duplo uso* tem como objectivo que os Estados participantes, através das suas políticas nacionais, num esforço conjunto, assegurem que as transferências de armas não contribuam para o desenvolvimento ou melhoria de capacidades militares que prejudiquem os seus objectivos de paz: assim, deve ser entendimento unânime que os contactos dos países membros deste acordo, com países não membros e os países principais produtores de armas, devem ser prosseguidos e intensificados, numa base não discriminatória, com ligações cada vez mais estreitas e coerentes com as organizações internacionais.

A concessão de uma específica autorização ou licença para o exercício da actividade do comércio de armamento encontra-se prevista e disciplinada também no ordenamento jurídico português (como nos demais da UE), mas em processo de revisão, prevendo-se a publicação de uma nova lei, a muito breve trecho, contemplando actualizadamente

é possível encontrar, muitas vezes, jovens *yuppies* já com *curriculum* feito na gestão empresarial, em particular na área de administração financeira, dedicando-se à lavagem e circulação de dinheiros e que actuam com maior eficácia do que os mais qualificados profissionais da mesma área

actividades, como sejam a compra, venda, importação, exportação, reexportação, trânsito e ainda a locação e intermediação; outrossim, o regime sancionatório e um registo efectivo das actividades não ficarão esquecidos, pretendendo-se uma regulamentação exaustiva que impeça o exercício ilegal do comércio e também da indústria de bens e tecnologias militares.

Nesta consonância, podem conjecturar-se as medidas básicas, ao menos, para um efectivo controlo por parte de cada país, da actividade de comércio de bens e tecnologias militares, definindo as entidades e actividades sujeitas ao controlo nacional, criando um sistema de autorização ou licenciamento para o exercício da actividade, seu registo e monitorização, sem olvidar um efectivo sistema sancionatório, para os casos de violação das normas legalmente consagradas.

Por fim, numa óptica internacional, terão que ser dados adquiridos, não só a cooperação e transparência por parte dos diversos países, no domínio do conhecimento e desenvolvimento do comércio de armas e bem assim para a tornar realidade, a criação de medidas de convergência dos sistemas jurídicos dos diversos países, sem falhas de regulamentação ou conflitos positivos ou negativos, que facilitem qualquer actividade ilegal. A título indicativo, podem traçar-se uma multiplicidade de tarefas de combate ao comércio ilegal de armamento, a todos os níveis:

Identificação efectiva de vendedores e compradores – reais ou potenciais;

Determinação da tipologia e quantidade de armas, seu preço e condições de pagamento;

Negociações já efectuadas e as previsíveis;

Detecção das fontes de financiamento das transacções;

e um claro regime de instrução da documentação, em especial no que se refere a autorizações para o exercício da actividade de comércio de armamento e o controlo efectivo da actividade, seu registo e regime sancionatório, presente em cada país e que permita um cruzamento de dados a nível internacional.

Fotos © Lusa

Autora

Fátima Gonçalves Diogo
Jurista na Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa/MDN
Sócia n.º 930/06 da AACDN

Empresas e Instituições amigas da AACDN

É chegado o tempo de balanço

Aproximando-se o fim do mandato do governo de José Sócrates e, com ele, o da equipa ministerial responsável pelo sistema educativo, é também chegado o momento de nos debruçarmos, em serena e incisiva análise, sobre a obra produzida, tendo em vista a elaboração do respectivo balanço. Corre-se ainda o risco de ficar por avaliar o resultado de potenciais medidas que a equipa parece ter em mente implantar, mas, seja qual for o seu mérito, é certo que pouco ou nada acrescentará aos estragos produzidos ao longo destes quatro anos de gravosa degradação da escola, da educação e do ensino

Estávamos ainda em 2005, quando esta equipa ministerial começou a tomar algumas medidas – por sinal, bem perniciosas para o funcionamento da escola e do sistema – que mereceram, então, a concordância e o apoio quase unânime dos cidadãos, em especial de pais, de burocratas, de empresários, de técnicos da administração pública, de contabilistas orçamentais e ainda de analistas políticos que, presumindo saberem tudo de tudo, espremido o que peroram, verifica-se não saberem nada de nada, para além da aplicação de calinadas na Língua Pátria.

Não concordando com a opinião difundida aos quatro ventos através dos meios ao dispor do governo (jornais, rádio e televisão), professores e pedagogos conhecedores da realidade educativa, porque trabalham no terreno, começaram a reagir, acabando uns quantos por, de forma digna que cumpre registar, abandonarem a docência, recusando participar na degradação do ensino, da educação e da escola, em que consistiu o programa educativo deste governo.

Houve vozes que ainda se fizeram ouvir, mas não encontraram eco. Uma houve que convidava a ministra a parar com o chorrilho de disparates que vinha fazendo; solicitava que não provocasse mais sarilhos no sistema; lembrava que as maleitas do ensino vinham de longe, pelo que já não se encontrava bem, mas avisava que quer as medidas implantadas quer as que se propunha tomar eram um obstáculo à sua melhoria. Rematava, sugerindo que abandonasse o ministério e levasse consigo os técnicos, os políticos, os burocratas, os legistas e também os críticos néscios que vinham com ela colaborando na destruição do sistema, solicitando, assim, espaço para que professores e pedagogos pudessem trabalhar numa escola autêntica, de jeito a poderem nela construir Humanidade.

É evidente que o apelo, apesar das tentativas efectuadas na sua divulgação e de lhe ter sido dado algum espaço, não teve o eco devido, porque não deve ter sido levado a sério nem pela equipa ministerial nem pelos meios de comunicação nem pelos críticos. O resultado está aí, à vista de quantos ainda tenham olhos para ver, ouvidos para ouvir e cabeça para pensar: a qualidade e o rigor científico do ensino degradaram-se; os valores éticos, lógicos e humanos da educação adulteraram-se; a disciplina foi aviltada; o estudo e o trabalho intelectual denegriram-se; os docentes foram desrespeitados e agredidos; a escola foi abandalhada; a séria e pertinente avaliação de conhecimentos científicos dos alunos foi ridicularizada e substituída por uma farsa que visa tão-apenas a manipulação estatística dos números com objectivos unicamente políticos; a seriedade de processos pedagógico-didácticos foi banida; a dignidade da docência foi excomungada; em suma, privaram-se os alunos da possibilidade de aquisição de instrumentos éticos e científicos úteis e indispensáveis ao prosseguimento do equilíbrio na sua múltipla relação consigo mesmos, com Deus, com o Outro e com a Natureza. Assim se privou a escola da sua sublime função de construir Humanidade.

Entretanto, irreparavelmente afectada pela incurável patologia técnico-social- burocrática que lhe agrava a visão, não se inibiu a iluminada ministra da educação, para justificar a excelência do seu trabalho à frente do tão maltratado Ministério da Educação e com cobertura mediática de que usa e abusa, de invocar solenemente quatro medidas por si consideradas o clímax do sistema educativo: a Escola a Tempo Inteiro; as Novas Oportunidades; os Cursos Técnicoprofissionais; as Aulas de Substituição.

Não dispomos ora de espaço para uma análise minimamente objectiva de cada um destes "excelentes" programas, pelo que nos limitamos à súmula dos comentários aos resultados verificados no terreno por quem neste milita.

Assim, o programa Escola a Tempo Inteiro traduz-se em mera tarefa de pseudo-vigilância dos alunos, enquanto os encarregados de educação os não vão buscar, depois de transformados os professores em vigilantes sem autoridade para os corrigir ou repreender. Trata-se de uma função recreativa e lúdica.

O programa Novas Oportunidades em nada mais consiste do que na farsa demagógica da passagem e entrega de pretenso diploma de grau académico, a que não corresponde, efectivamente, idêntico nível escolar e científico. Trata-se de uma função político-estatística para mostrar lá fora o que não somos cá dentro.

Os Cursos Técnicoprofissionais não passam de uma fraude, na medida em que as escolas em que, pretensamente, funcionam não dispõem nem de laboratórios nem de oficinas nem de equipamento adequado à respectiva função. Não passa duma medida de carácter administrativo para entretenimento dos alunos e ilusão dos empresários.

As Aulas de Substituição, essas carecem duma reflexão um pouco mais profunda, pois a sua implantação e defesa são claramente demonstrativas de que a ministra (e, naturalmente quantos nesta "saga" a acompanham e apoiam) ignora qual é a função da escola e não sabe minimamente o que é uma aula, não tendo, por isso, competência para o exercício do cargo que durante mais de quatro anos ocupou, contribuindo alegremente para o abandalhamento da escola, do ensino e da educação.

O que a ministra implantou e defende não são, não podem ser aulas de substituição: são, sim, meras *actividades híbridas em substituição das aulas.* Uma aula prepara-se previamente, planifica-se, tendo em linha de conta os aspectos científicos da matéria a transmitir, os aspectos didácticos dos processos a utilizar, o perfil psicológico de cada um dos alunos da turma, o nível de desenvolvimento em que esta se encontra relativamente ao conteúdo a tratar. Ora, se o professor que preparou e planificou previamente a aula falta, é óbvio que não é qualquer outro professor, por muito experiente que seja, que se sente habilitado a dá-la, porque, de facto, não a preparou, porque desconhece a matéria a transmitir, porque não sabe qual o nível de conhecimento da turma relativamente ao conteúdo a tratar. Com esta medida de que alvarmente tanto se orgulha, a ministra deu a maior machadada no rigor científico e na qualidade pedagógica do ensino em Portugal, pois através dela insinuou, o que é muito grave, que as aulas não precisam de ser planificadas com rigor e critério. Os Portugueses não a vão esquecer.

A terminar e para que os responsáveis políticos pelo sistema educativo reflictam, não resisto à narração de um episódio ocorrido há tempo na aula de Português de uma turma do nono ano de escolaridade. Chamava a professora a atenção da turma para o cuidado a ter com o emprego do verbo *haver*, insistindo em que, tendo o significado de *existir,* só se usa na terceira pessoa do singular, quando um dos seus alunos perguntou:

– Ó Sotora, como quer que nós, alunos, saibamos utilizar o verbo haver, quando já ouvi ministros, até da Educação, dizerem *houveram* em vez de houve, *haverão* em vez de haverá, *haviam* em vez de havia, *irão haver* em vez de irá haver e *hadem* em vez de hão-de?

A professora, comentado o caso, pergunta que autoridade pode, assim, ter o professor para exigirem rigor, se os representantes do Estado não o cultivam.

Autor

Pinho Neno
Mestre em Ciências da Educação
Sócio nº 572/96 da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

X Congresso Nacional da AACDN

NOVOS EQUILÍBRIOS – SAIR DA CRISE

Auditório do Instituto de Estudos Superiores Militares
Pedrouços - Lisboa

Programa Provisório

23/10/2009
SEXTA-FEIRA

14H00 – Recepção dos participantes

14H30 – Sessão de Abertura
Presidente da República (Convidado a presidir)
Ministro da Defesa Nacional e Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar (Convidados)
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (Convidado)
Director do Instituto de Estudos Superiores Militares
Presidente da Direcção da AACDN

15H00 – Painel: A Segurança - I
Presidente da Sessão: Vice-Almirante Álvaro Sabino Guerreiro – Director do IESM
Moderador: Drª Maria José Rebocho
Participantes
EMA – Contra-Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
EME – Tenente-General Artur Neves Pina Monteiro
EMFA – Major-General Sílvio José Pimenta Sampaio

16H00 – Pausa para café

16H30 – Conferência do Presidente da ADESG, Professor Pedro Ernesto Mariano de Azevedo

17H30 – *In Memoriam* do Major-General Mário Lemos Pires, pelo Tenente-General Abel Cabral Couto

18H00 – Fim dos trabalhos do 1º dia

18H30 – *Porto de Honra* no IESM

24/10/2009
SÁBADO

09H30 – Painel: A Segurança - II
Presidente da Sessão: Major-General Rodolfo Bacelar Begonha

Participantes
Dr. Fernando Negrão
Prof. Doutor José Manuel Anes: "Estratégias de Conquista das Populações no Combate ao Terrorismo, às Insurgências e à Criminalidade Urbana"
Prof. Doutor Joaquim Carvalho

10H30 – Debate

11H00 – Pausa para café

11H30 – **Painel: A Economia Global**
Presidente da Sessão: Dr. Abílio Ançã Henriques
Comunicações
Drª Maria Perpétua Rocha e Major-General Augusto Melo Correia: "PESD – Novos Paradigmas"
Dr. Macieira Coelho: "A Europa e os Novos Equilíbrios numa Economia Global"
Eng. José Luis Pereira Gonçalves: "Ascensão e Queda da Dinastia de Avis. Crise Económica, ou de Valores?"
Profª Doutora Maria Manuela Sarmento: "Globalização da Economia e Implicações na Competitividade e Sustentabilidade da PME"

12H30 – Debate

13H00 – Almoço

14H30 – Painel: A Crise de Valores
Presidente da Sessão: Dr José da Silva Monteiro
Conferência
Prof. Doutor Manuel Patrício
Comunicações
Drª Ana Paula Oliveira: "Educar para a Cidadania . Formar Cidadãos"
Dr. Luis Pedro Santos Maia: "A Crise como Sintoma ... de um Futuro Diferente"

16H00 – Pausa para café

16H30 – Comunicações
Dr. António André Inácio: "O Combate à Corrupção como Elemento Determinante do Restabelecimento do Actual Quadro Económico Global"
Prof. Doutor António Vilar: "Crise de Cultura ou Crise de Civilização?"

17H00 – Debate

17H30 – Conclusões do Congresso

20H30 – Cerimónia de Encerramento do Congresso e Jantar comemorativo do 27.º Aniversário da AACDN no Forte de S. Julião da Barra – Oeiras, com a participação do Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Embaixador João Mira Gomes.

25/10/2009
DOMINGO

Visita Cultural e Institucional a Instalações da Marinha de Guerra Portuguesa na Base Naval do Alfeite

09H30 – Na Doca da Marinha, embarque na vedeta e trânsito para a Base Naval de Lisboa

09H50 – Visita ao CITAN e Corpo de Fuzileiros

13H00 – Almoço

14H40 – Embarque na vedeta, regressando à Doca da Marinha. Fim do Programa

Sábados Culturais

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18
19-20-21-22-**23**-24-25-26-27-28-29-30-31

Janeiro-Fevereiro-Março-Abril-**Maio**
Junho-Julho-Agosto-Setembro-Outubro
Novembro-Dezembro **2009**

visita ao Palácio e Quinta da Regaleira

Integrada no programa *Sábados Culturais*, decorreu no dia 23 do passado mês de Maio a visita ao Palácio e Quinta da Regaleira.

À guisa de quem se justifica, permitam-me que confesse o meu pecado: para meu mal integrava o número dos que nunca tinham visitado este palácio. Dezenas de vezes por alí passei, mas, por uma razão ou por outra, outras tantas passei adiante. Todavia, e paradoxalmente, sempre tive imensa curiosidade em saber o que haveria muros adentro e lia com interesse a informação que me vinha parar às mãos.

Suscitava-me curiosidade o aspecto arquitectónico, ele mesmo a justificar a visita, mas também, e acima de tudo, o misticismo e esoterismo que envolvem a Regaleira, no seu conjunto arquitectónico palácio-quinta. Foi, por isso, com expectativa que decididamente acedi ao convite da nossa Associação para esta visita. E se, pelas razões aduzidas, coloquei alta a fasquia das minhas expectativas, estas – e creio que as dos demais visitantes – não sairam defraudadas.

É óbvio que para tanto contribuiu a capacidade expositiva do Prof. Doutor José Manuel Anes, profundo conhecedor da Regaleira e dos seus "mistérios" e que, tão gentilmente, se disponibilizou para partilhar connosco esse seu vasto saber.

O muito que ficamos a saber não cabe nesta singela crónica e, por isso e porque mais relevante, apenas darei conta que este imóvel, edificado na encosta da serra de Sintra, a escassos metros do centro histórico,

classificado como Imóvel de Interesse Público em 2002, foi mando construir por António Augusto Carvalho Monteiro, a justificar o facto de também ser conhecido por *Palácio do Monteiro dos Milhões*, o qual, em 1830, havia comprado a propriedade aos barões da Regaleira. A construção do palácio foi iniciada em 1904 e concluída em 1910 e decorreu sob a orientação directa do próprio Carvalho Monteiro, com a ajuda do arquitecto italiano Luigi Manini.

Percorremos a quinta em traçados que evocam diferentes estilos, mas onde visivelmente predominam a arquitectura românica, a gótica, a renascentista e a manuelina.

Parávamos amiúde, para em cada paragem usufruirmos de mais uma sábia lição de História ou, de bom grado, nos deixarmos levar para outros locais bem distantes mas também eles construídos com o mesmo prósito e, também por isso, semelhantes.

E neste passo lento, que a cultura a tanto obriga, enquanto descíamos aos horrores dos infernos ou subíamos às glórias do paraíso, lá fomos contemplando lagos, jardins luxuriantes, grutas e edifícios enigmáticos. Lugares profundamente marcados pelos rituais da Maçonaria, dos Templários e Rosacruzes.

Lugares que, através da simbologia, incorporam teorias, rituais e procedimentos herméticos que se integram no âmbito do esoterismo, em relações simbólicas entre o divino e o terreno, entre o transcendente e o imanente, entre o visível e o invisível, enfim, entre o Homem e o Universo.

Recordemos, a título de exemplo, o esquadro e o compasso ou a cruz templária no fundo do poço iniciático (galeria subterrânea com escadaria em espiral, constituída por nove patamares separados por lanços de 15 degraus cada um, invocando a Divina Comédia de Dante).

Recordemos também a cruz da Ordem de Cristo no pavimento da capela, a testemunhar a influência do templarismo no idiário sincrético do proprietário.

E se é verdade que Carvalho Monteiro quis construir um espaço grandioso em que vivesse rodeado dos símbolos que espelhassem os seus interesses e ideologias, também não é menos verdade que quis também ressuscitar o passado mais glorioso de Portugal, com especial enfoque na época dos Descobrimentos, presente em profusa simbologia, tanto na quinta como no palácio.

A visita ao palácio suscitou igualmente grande interesse, com especial destaque para a capela.

Terminada a visita, um pouco apressada pelo frio e pela chuva, lá fomos almoçar.

E como não há bela sem senão, cá vai a reclamação, cuja resposta muito desejo que não me seja enviada por *e-mail*, mas sim entregue ao domicílio.

A reclamação é simples, mas importante. Então não é que na ementa havia uma falha grave! Uma omissão, diria mesmo uma ofensa, aos tradicionais e saborossos travesseiros de Sintra, cujo esquecimento eles e nós não perdoar tão cedo.

Finalmente, entendo que cumpre salientar aqui o facto de a Câmara Municipal de Sintra ter adquirido em 1997

esta pérola da nossa arquitectura, com posterior recuperação do património edificado e dos jardins para, louvavelmente, franquear as suas portas ao público e em tão bonitos espaços promover a realização de actividades culturais.

José Monteiro

Empresas amigas em 2009

Montepio

REN
Redes Energéticas Nacionais

BPI

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Vasco Novais Branco nasceu a 7 de Setembro de 1949 em Almeirim. Frequentou o Liceu Sá da Bandeira em Santarém e, em 1973/74, concluiu a licenciatura em Finanças pelo ISE / ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

É casado e pai de dois filhos.

Ainda estudante universitário, colabora, em 1969, com a Secretaria de Estado da Informação e Turismo, na primeira inventariação das necessidades de investimento turístico no País. Posteriormente, estagia, entre 1972 e 1973, no Departamento Administrativo e Financeiro da Imprimarte – Páginas Amarelas.

Em 1974, na Centrel, empresa de fabricação de material eléctrico e electrónico, inicia a sua carreira profissional, primeiro como Director Financeiro e posteriormente como Administrador até 1978.

Em 1975 foi Administrador da empresa Turmar, empresa proprietária da Quinta da Marinha em Cascais. Em 1978 foi Assessor da Administração da Empresa Turística de Vale do Lobo no Algarve. Em 1981 foi assessor do Conselho de Administração da sociedade Conselho. Entre 1982 e 1989 foi Administrador do SPC – Serviço Português de Contentores. Ainda em 1982 é nomeado Administrador da Planal SA, empresa proprietária da Quinta do Lago. Em 1990 participa na fundação da Planbelas, empresa proprietária do empreendimento denominado Belas Clube de Campo, sendo seu Administrador até 2005. Em finais de 1995 participa na aquisição do controlo accionista da Lusotur SA, proprietária do empreendimento Vilamoura, onde passou a exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Em Maio de 2005 passou a dedicar-se em exclusivo á sua empresa Manobra SGPS, a qual detém participações no capital social de várias empresas que operam principalmente na área imobiliária.

Em 2006, colaborou na constituição e foi sócio da Imopol, empresa sediada em Cracóvia e que gere a actividade imobiliária na Polónia.

Em Junho de 2007, através da Manobra, participa na fundação da empresa de capital de risco Naves SCR SA, da qual é nomeado Administrador. Esta empresa tem em curso vários investimentos, dos quais se destaca a participação no capital da Energia Própria SGPS SA e da qual foi também nomeado Administrador.

Foi Presidente do Conselho Fiscal de várias empresas, designadamente da Associação dos Operadores Portuários, da TV Cabo e da Porsche Club de Portugal.

Participou em vários cursos de formação, nomeadamente o curso de Foreign Exchange, em Zurich o V PADE – Programa de Alta Direcção de Empresa, ministrado pela AESE (Associação de Estudos Superiores de Empresa).

Relativamente á actividade extra-profissional, mas enquadrada dentro da área de gestão, tem dedicado parte do seu tempo à colaboração com organismos de Assistência Social. É Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim e membro da Associação de Solidariedade Social D. Pedro V.

Em 2005, frequentou o curso de Auditor de Defesa Nacional, sendo sócio da AACDN com o nº 921/06.

Gráfica Central

artes gráficas • almeirim

brochuras | catálogos | porta-folhetos | cartazes |
rótulos | embalagens | envelopes | cartões | papel de carta

Zona Industrial, Lote 41 - D • 2080-221 Almeirim • Telef.: 243 591 555 • Fax: 243 597 559 • geral@graficacentral.pt
www.graficacentral.pt